

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

FERNANDA LIA DA SILVA

VIOLÊNCIA NA ESCOLA

UM REFLEXO DA VIOLÊNCIA SOCIAL E URBANA: UMA
EXPERIÊNCIA NO COLÉGIO MARISTA E MUNICIPAL SÃO JOSÉ.

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 24 / 06 / 04

Teresa Kleba
Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

Florianópolis, 2004.

FERNANDA LIA DA SILVA

VIOLÊNCIA NA ESCOLA

**UM REFLEXO DA VIOLÊNCIA SOCIAL E URBANA: UMA
EXPERIÊNCIA NO COLÉGIO MARISTA E MUNICIPAL SÃO JOSÉ.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requerimento indispensável para a obtenção de Título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Rúbia dos Santos

Florianópolis, 24 de junho 2004.

FERNANDA LIA DA SILVA

VIOLÊNCIA NA ESCOLA

**UM REFLEXO DA VIOLÊNCIA SOCIAL E URBANA: UMA EXPERIÊNCIA NO
COLÉGIO MARISTA E MUNICIPAL SÃO JOSÉ.**

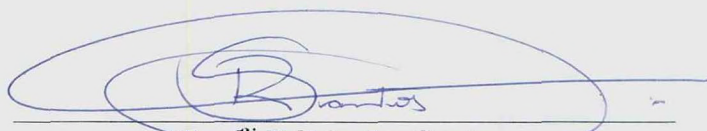
Esta monografia foi julgada adequada para a obtenção do título de

BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL

e aprovada em sua forma final pelo Curso de Serviço Social da Universidade Federal de
Santa Catarina.

Florianópolis, 24 de junho de 2004.

Banca Examinadora:



Profª Rúbia dos Santos
Presidente da Banca



Micheli Klauberg Faustino
Assistente Social do Colégio Marista e Municipal São José



Profª Kátia Macedo
Professora do Curso de Serviço Social

Dedico este trabalho de conclusão de curso a todas as crianças e adolescentes brasileiros, cujos direitos estão regulamentados no Estatuto da Criança e do Adolescente, para que na esperança, vivam num mundo sem violência.

AGRADECIMENTOS

Desejo manifestar aqui os meus agradecimentos a quantos me auxiliaram na elaboração deste trabalho.

As professoras e professores que socializando conhecimentos, me ajudaram a entender o mundo e a pensar em transformar a convivência em sociedade de maneira mais justa e igualitária.

A orientadora professora mestre Rúbia dos Santos, por ter me aceitado como sua orientanda, pelos seus ensinamentos, pela compreensão e pela paciência que teve comigo durante esse período. Você é um anjo! Obrigada pelo apoio prestado em um momento muito difícil para mim.

A professora e supervisora pedagógica Kátia Macedo pelo apoio, compreensão e atenção imprescindíveis à minha formação profissional.

A todos os funcionários e colaboradores, alunos e suas famílias do Colégio Marista e Municipal São José, que contribuíram para que esse trabalho fosse concluído.

A minha supervisora de estágio obrigatório, Micheli Klauberg Faustino, pela orientação durante o estágio, pela co-orientação deste trabalho, pelos ensinamentos da profissão, pela paciência demonstrada, e pela amizade que cativa...

A Deus por ter me dado a possibilidade da existência e me possibilitado viver com saúde e determinação, me dando força de vontade, garra e paciência pela longa e incansável caminhada até o presente momento.

Aos meus pais, por terem me colocado no mundo, me educado e me acompanhado durante toda a trajetória de minha vida, especialmente a minha mãe por ter me ajudado a superar e suportar grandes dificuldades.

Ao meu noivo **JULIANO**, companheiro e ajudante, que com muita paciência e compreensão soube me ouvir quando eu precisava falar, e soube falar quando eu precisava ouvir... *Te amo demais!*

A todos os meus colegas da universidade: Glades, Simoni, Fernanda Silva, Luciane Faccio, Fabiane... Em especial a minha amiga companheira e confidente Simone Bittencourt pelo apoio e carinho, fundamentais durante o caminho.

A todos que proporcionaram momentos de encontro, alegria e descontração, e que nunca desanimaram e impediram –me de desanimar nos períodos turbulentos...

Aos que acreditaram em mim e nas minhas potencialidades; bem como, aos que me criticando, contribuíram para que eu refletisse e buscasse ser melhor. Enfim, a todos que estiveram presentes nestes quatro anos de faculdade e que me ensinaram um pouco mais da vida e da prática profissional...

A tudo e todos que por algum momento fizeram parte da minha vida.

A todos... MUITO OBRIGADA!

SILVA, Fernanda Lia da. **Violência na escola. Um reflexo da violência social e urbana. Uma experiência realizada no Colégio Marista e Municipal São José.** 2004. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

RESUMO

O presente trabalho é fruto de questões vivenciadas e suscitadas a partir da experiência de estágio curricular obrigatório, de Serviço Social, na instituição de ensino formal, Colégio Marista e Municipal São José. O tema proposto decorre de um projeto realizado na instituição, cujo principal objetivo situava-se em desvendar a violência familiar, de crianças e adolescentes que apresentavam comportamento agressivo no meio social. O foco do trabalho estava norteado para desvelar as causas determinantes desta violência, haja vista, que o comportamento destas refletia em suas atitudes na escola. Dentro desta ótica, o objetivo principal deste trabalho é de cunho elucidativo, ou seja, saber se a violência na escola é reflexo da violência social e urbana. Entendo que a violência é um fenômeno contextualizado, para obtenção de sucesso neste trabalho utiliza-se a família como objeto de estudo. Esta, por sua vez, vem sendo pesquisada e trabalhada por diferentes áreas do conhecimento ao longo dos tempos, é considerada por pesquisadores como uma construção histórica, podendo se apresentar de diferentes formas e arranjos, variando em sua organização e nas relações que mantêm, tanto com o contexto interno como com o meio externo, não cabendo a ela uma conceituação exata e tampouco a definição de modelos ideais. Observa-se que trabalho do profissional de Serviço Social, no âmbito familiar, vislumbra desencadear mudanças, requerendo desta forma, que estas ações estejam pautadas na responsabilidade e comprometimento com o social. Neste sentido, para identificar a relação entre violência na escola x violência urbana e social, busca-se aprofundar conhecimentos a cerca deste público-alvo, mediante a realização de uma pesquisa de natureza descritiva-exploratória com elementos empíricos retirados do Cadastro Único do Governo Federal – CAD-Único, e elementos qualitativos coletados a partir de um questionário elaborado pela pesquisadora. A coleta destes dados possibilitou traçar o perfil das famílias das crianças e adolescentes que se demonstram violentas com as demais pessoas que as circundam. O resultado da pesquisa foi uma reflexão teórica, que problematiza a questão da criança e do adolescente bem como sua família, os seus direitos, as situações macro-estruturais que os envolvem, possibilitando a elaboração de sugestões alternativas para a superação da condição de vulnerabilidade social que só será alcançada através de processos educacionais que desencadeiam o pleno alcance da cidadania. Ao final, com os aspectos levantados pela pesquisa, revela-se a contribuição do Colégio Marista e Municipal São José, como possibilitador de um processo de inclusão social dessas crianças e adolescentes.

Palavras – chave: criança e adolescente, violência na escola, violência urbana e social; vulnerabilidade social; família.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Tipo de organização familiar.....	63
TABELA 2 – Sexos dos responsáveis.....	63
TABELA 3 – Procedência por estado.....	64
TABELA 4 – Procedência por município.....	65
TABELA 5 – Quantidade de pessoas por domicílio/família.....	66
TABELA 6 – Situação do domicílio.....	67
TABELA 7 - Número de cômodos domicílio.....	67
TABELA 8 – Grau de instrução do responsável.....	68
TABELA 9 – Ocupação dos responsáveis.....	70
TABELA 10 – Relacionamento na escola.....	72
TABELA 11 – Aparência pessoal.....	72
TABELA 12 – Interesse escolar.....	73
TABELA 13 – Dificuldade na aprendizagem.....	73
TABELA 14 – Responsabilidades e habilidades.....	73
TABELA 15 – Defasagem escolar.....	73
TABELA 16 – Comportamento em sala.....	74
TABELA 17 – Presença de violência nas famílias dos pais quando crianças.....	75
TABELA 18 – Relação com os pais.....	76
TABELA 19 – Trabalho infantil.....	76
TABELA 20 – Comportamento frente aos pais.....	77
TABELA 21 – Tipos de violência.....	77

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Etnia das famílias.....	65
GRÁFICO 2 – Frequentam escola.....	68
GRÁFICO 3 – Situação no mercado de trabalho das famílias.....	69
GRÁFICO 4 – Situação no mercado de trabalho do responsável.....	70
GRÁFICO 5 – Local de lazer.....	78

“A criança é o elo mais fraco e exposto da cadeia social. Se um país é uma árvore, a criança é um fruto. E está para o progresso social e econômico como a semente para a plantação.

Nenhuma nação conseguiu progredir sem investir na educação, o que significa investir na infância. Por um motivo bem simples ninguém planta nada se não tiver uma semente”.

Gilberto Dimenstein

SUMÁRIO

RESUMO

LISTA DE TABELAS

LISTA DE GRÁFICOS

INTRODUÇÃO.....13

CAPÍTULO 1 -BREVE HISTÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS

BRASILEIRAS.....17

1.1 A Política social x Política econômica.....19

1.2 A família em situação de vulnerabilidade social.....22

1.2.1 A situação da família no atual contexto.....24

1.3 Contextualização da violência.....31

1.3.1 As diversas formas da violência.....33

1.4 Violência x cidadania.....37

CAPÍTULO 2 – VIOLÊNCIA NA ESCOLA.....39

2.1 O diagnóstico da violência no Colégio Marista e Municipal São José.....39

2.2 Contextualização da instituição.....45

2.2.1 Unidade mantenedora.....46

2.3 Objetivos do colégio.....49

2.3.1 Objetivo Geral.....49

2.3.2 Objetivos Específicos.....49

2.4 Caracterização dos usuários.....50

2.5 Breve histórico do Serviço Social.....51

2.5.1 Intervenção profissional de Serviço Social53

2.6 Metodologia da pesquisa.....	54
2.6.1 Tipo de pesquisa.....	55
2.6.2 Problemática da pesquisa.....	56
2.6.3 Objetivos da pesquisa.....	56
2.6.3.1 Objetivo geral.....	56
2.6.3.2 Objetivo específico.....	56
2.6.4 Definição dos termos.....	57
2.6.5 Definição operacional das variáveis.....	58
2.7 Universo da pesquisa.....	59
2.8 Dados da pesquisa.....	59
2.8.1 Tipos de dados.....	59
2.8.2 O processo de utilização dos dados empíricos do CAD-Único.....	60
2.8.3 Delimitação da pesquisa.....	60
2.8.4 Limitações da pesquisa.....	61
 CAPÍTULO 3 - DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS.....	 62
3.1 Caracterização das famílias.....	62
3.1.1 Características sócio-demográficas.....	62
3.1.1.1 Tipo de organização familiar.....	62
3.1.1.2 Idade média das famílias.....	64
3.1.1.3 Tempo de residência no bairro.....	64
3.1.1.4 Procedência das famílias.....	64
3.1.1.5 Etnia das famílias.....	65
3.1.1.6 Número de pessoas por família.....	66
3.1.2 Características sócio-culturais.....	66

3.1.2.1 Condições de habitabilidade.....	66
3.1.2.2 Qualificação escolar.....	68
3.1.2.3 Qualificação profissional.....	69
3.2 Características das crianças e adolescentes.....	71
3.2.1 Relação aluno x escola.....	71
3.2.1.2 Rendimento escolar.....	72
3.2.1.3 Comportamento em sala de aula.....	74
3.3 Histórico da violência.....	74
3.3.1 História de vida familiar.....	75
3.4 Visão da família no resgate da história de vida de seus filhos.....	76
3.5 Análise das famílias na visão do Assistente Social.....	78
3.6 Avaliação da pesquisa.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
REFERÊNCIAS.....	100

INTRODUÇÃO

Desde os tempos mais remotos, sabe-se da existência de situações de violência dentro do grupo familiar. Com o passar do tempo, a violência foi sofrendo transformações e apresentando novas modalidades. Hoje, com maior divulgação de espaço para pesquisas, surgem novas compreensões sobre seus determinantes e a quem estão sendo dirigidas diretamente as agressões no âmbito familiar.

Pensa-se em família como uma instância geradora de cuidados, cabendo a ela a tarefa de cuidar e proteger os seus membros, para que se desenvolvam enquanto sujeitos.

As famílias em situações de pobreza enfrentam diariamente uma instabilidade e contradição, pois não conseguem alcançar patamares de dignidade, pois não encontram possibilidades para enfrentar a ordem econômica e social que lhes é imposta, não impossibilitando o caminho para a inserção social. Esse expressivo segmento vulnerável da população, causado pela crise conjuntural, vem contribuindo para a frequência dos atos de violência.

À medida que o Estado restringe a participação de um determinado segmento da população, a família é chamada para preencher essa lacuna, não recebendo do Estado a devida assistência. Evidencia-se, portanto, a ausência clara de políticas de proteção social à população das camadas mais empobrecidas, tendo claro a retração do Estado. Mas ela precisaria ser assistida pelo Estado para poder desempenhar as funções que lhe são atribuídas.

As crianças e adolescentes mais empobrecidos convivem desde muito cedo com essa realidade social marcada pela exclusão e pela desigualdade.

Dados atingindo mulheres, idosos, crianças, adolescentes, são crescentes. Sendo que a família enquanto grupo, é atingida pela violência socioeconômica, a das necessidades básicas, como habitação, alimentação, saúde, educação, fruto de uma sociedade humana e desigual.

A violência é um fenômeno cujas raízes remontam ao passado colonial, estando presentes tanto nos grupos primitivos como nos contemporâneos. Sua abordagem envolve a consideração de determinantes econômicas, condicionantes sociais e influências culturais das mais diversas, não podendo ser entendidas como isolada, mas relacionada ao contexto em que se insere.

Ressalta-se que a “violência é um fenômeno de abordagem laboriosa e complexa e que as medidas em curso não são todas, evidentemente, de maturação e resultados imediatos” (GUERRA, 1991, p.31).

O interesse em pesquisar a temática violência, mais especificamente a violência na escola, surgiu a partir da prática do estágio curricular obrigatório, realizado no período de julho de 2003 a janeiro de 2004, no Colégio Marista e Municipal São José.

O Serviço Social passa a ser visto no conjunto dos mecanismos constitutivos de um projeto de controle social de bases políticas e sociais definidas, ao qual, está situado como atividade prática mediadora no seio da prática social. A partir das ações que desenvolve, busca, reconstruir as relações sociais. Esta reconstrução implica retraduzir os valores éticos-políticos, os modos de pensar e agir da população com a qual trabalha, contribuindo para a defesa intransigente dos direitos humanos, da justiça social, da liberdade, da equidade e da democracia. Esta atitude permite a profissão materializar novas conquistas teórico-práticas e ético-políticas, rompendo com a fundamentação filosófica tradicional e conservadora e reafirmando um novo perfil, que substitui o agente subalterno e executivo por um profissional competente, teórica, técnica e politicamente.

Ao desenvolver sua atuação profissional a partir de processos de trabalho, o Assistente Social tem como matéria-prima, a questão social, que se corporifica, mediante suas expressões, encontradas a partir da vulnerabilidade social identificada e enfrentada por crianças, adolescentes e suas famílias, que embora variem de atendimento para atendimento, na maioria das situações em que a atuação do profissional se faz necessária, estão presentes fenômenos de ordem conjuntural, como a fome, a miséria e a violência.

Mesmo que o artigo 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente preconize que: “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”, atualmente, diversas crianças e adolescentes vêm sendo submetidas a várias formas de violência social, expressas na violação dos direitos fundamentais, materializadas pela não-satisfação de necessidades vitais, como saúde, educação, lazer, cultura, convivência familiar e comunitária; além da violência doméstica e intrafamiliar; violência da exploração sexual, violência da exploração do trabalho infantil, entre outras.

Neste contexto onde se presencia o desrespeito a direitos socialmente adquiridos, cabe ao profissional de Serviço Social, desempenhar um papel de agente transformador desta realidade social, pois sua função e importância sociais, estão diretamente condicionadas, as necessidades sociais, pois nenhuma profissão existe ou sobrevive se não tem utilidade na sociedade.

De forma geral, pode-se compreender que a atuação profissional do Serviço Social é muito ampla e dinâmica, por estar baseada nas relações humanas, em seus conflitos e contradições e que, portanto, não torna possível pré-definir normas para lidar com situações únicas, que abranjam sujeitos particulares com demandas subjetivas e objetivas singulares.

O presente trabalho tem como objetivo desvendar se a violência na escola é realmente consequência da violência social e urbana, sofridas pelas famílias dos educandos e por eles próprios. Sendo assim, para se obter as informações necessárias, utilizou-se como fonte de dados uma pesquisa de caráter descritivo-exploratório analisando os dados levantados quantitativamente e com análise qualitativa, feita no período de elaboração desta monografia.

Para efeito didático, este trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro, apresenta-se uma breve discussão sobre o contexto das políticas sociais e a sua relação com a política econômica, o atual contexto em que a família está inserida, a conceituação de violência, e uma breve discussão sobre a questão da violência em relação à família em situação de vulnerabilidade, aborda-se ainda a temática da cidadania em relação à violência e os diferentes tipos da mesma, relacionando o quão propensos estão às crianças e adolescentes. Na sequência ressalta-se o diagnóstico da violência no Colégio Marista e Municipal São José, bem como sua contextualização, a metodologia da pesquisa. No terceiro capítulo aborda-se especificamente o detalhamento da pesquisa juntamente com a sua análise.

CAPÍTULO 1 - BREVE HISTÓRICO SOBRE AS POLÍTICAS SOCIAIS BRASILEIRAS

As políticas sociais nos países capitalistas avançados nasceram livres da dependência econômica e do domínio colonialista, no entanto, o sistema de proteção social brasileiro teve sempre como expressão esses limites, em decorrência dessas injunções.

As políticas sociais brasileiras tiveram como trajetória influenciadora as mudanças econômicas e políticas ocorridas na esfera internacional e pelos impactos dessas mudanças na ordem da política interna, onde obteve seu momento de expansão justamente nos períodos mais avessos à instituição da cidadania: durante os regimes autoritários e sob o governo de coalizões conservadoras. Segundo Pereira (2000), tem - se assim um padrão de proteção social com as seguintes características: ingerência imperativa do poder executivo; seletividade dos gastos sociais e da oferta de benefícios e serviços públicos; heterogeneidade e superposição de ações; desarticulação institucional; intermitência da provisão; restrição e incerteza financeira.

São características assumidas pelas políticas sociais brasileiras no pós - 64:

- ✓ A expansão seletiva de alguns programas sociais;
- ✓ O favorecimento ao setor privado, principalmente nas áreas de saúde, previdência, habitação e educação;
- ✓ A centralização político - administrativa;
- ✓ A supressão dos mecanismos de participação dos trabalhadores e dos beneficiários no controle dos sistemas até então existentes.

O que houve de extraordinário neste período foi à necessidade dos governos militares oferecerem uma imagem social do Estado que lhes conferisse legitimidade. Ao persistir a crise econômica, cresce a pobreza, ocorrendo também experiências políticas das

classes sociais no Brasil, assim o protagonismo político administrativo faz parte dessa experiência.

Os trabalhadores se organizaram sobre a ação política: a experiência dos partidos políticos, dos sindicatos e dos movimentos sociais urbanos e rurais, que enquanto classe se colocou diante das classes dominantes e das instituições do Estado.

Durante os anos 80, a burguesia atendeu algumas reivindicações dos trabalhadores, devido à nova relação de forças que se estabeleceu na sociedade. Com isso os trabalhadores conseguiram ampliar as suas reivindicações, através de contratos coletivos, novas exigências à condição de trabalho, produtividade entre outros.

Com as propostas encaminhadas pelas centrais sindicais abriu espaços para a institucionalização de novos direitos políticos e sociais — autonomia sindical, direito de greve, universalização da saúde e previdência, mudanças na legislação trabalhista — estabelecidos na Constituição de 1988.

Os sindicatos privilegiaram a empresa como interlocutora de suas negociações por medida de proteção social, pois possuem em seu poder a legitimidade política, que é encaminhado para a seguridade social de cada empresa. Já o movimento popular mesmo sendo mais fragilizado, obteve conquistas com a ampliação de serviços sociais nos níveis municipal e estadual.

Essas mudanças ocorrem no desenvolvimento de novas ações, onde se localizam no bojo das estratégias de enfrentamento da crise econômica dos anos 80.

Pode-se dizer também que a questão social, deixa de ser um objeto de atuação só do Estado, mas passa a fazer parte também da ação empresarial, pois a empresa assumindo a responsabilidade do Estado, visa a diminuição de impostos, tendo em vista sempre o “econômico”. Essa experiência seria uma estratégia do empresariado para tentar

incorporar as reivindicações dos trabalhadores em seu projeto, onde destacam - se três esferas básicas de sua ação:

- ✓ Processo e relações de trabalho nas empresas, ou seja, desenvolvimento de novas práticas de gestão da força de trabalho;
- ✓ Instituições do Estado, querendo representantes como formuladores e interlocutores de políticas econômicas, financeiras e sociais;
- ✓ Publicização do seu pensamento social, valendo - se da construção e socialização de conhecimentos, valores e propostas qualificadoras de seu projeto.

Esses interesses dependem muito da posição dessa empresa no mercado, do acesso aos fundos públicos, da importância estratégica do setor e do modo como se relaciona com os trabalhadores. É de fundamental importância perceber que na década de 80 houve um crescimento relativamente grande na articulação política de diversas frações da burguesia no Brasil. Essa ação do grande capital em relação da seguridade nos anos 80 fica centrada em dois espaços: o da empresa e o das instituições do Estado, que é considerado como esferas de produção e reprodução, locus do privado e do público, âmbito de trabalho e da regulação social.

1.1 A Política social X Política econômica

Segundo Vieira (1992, p.53), “a política econômica e a política social relacionam-se internamente com a evolução do capitalismo”. O autor segue uma linha história para explicar a acumulação acelerada do capital, começando pela revolução industrial, época na qual prevalecia a acumulação primitiva do capital e se ensaiavam as primeiras lutas contra os monopólios inspirados pelo mercantilismo.

Tomamos o capitalismo concorrencial onde as leis do mercado predominam e o Estado não interfere nas relações econômicas. Há concorrência entre as mercadorias, havendo uma tendência a diminuir o preço das mesmas. Funda-se no capitalismo concorrencial as bases teóricas no liberalismo; governo limitado em sua soberania.

Na decorrência do século XIX surge o chamado “problema da relação capital - trabalho” ou de “luta de classes”. A compra da força de trabalho e o preço pago principalmente pela indústria delimitam respostas diversas por parte dos empresários.

SegundoVieira (1992, p.54),

a política social aparece no capitalismo construída a partir das mobilizações operárias sucedidas ao longo das primeiras revoluções industriais. A política social, compreendida com estratégia governamental de intervenção nas relações sociais unicamente pode existir com o surgimento dos movimentos populares do século XIX.

O Estado expressa uma relação de dominação dos homens sobre os homens, fundamentado na força.

Quando se aborda em política habitacional, política de saúde, política previdenciária, estas políticas são usadas como estratégias pelo governo para tentar amenizar reivindicações da população. Com tais ações percebe-se a ação do Estado quanto ao incentivo de ampliar o capitalismo em determinado país.

A política econômica e a política social deveriam caminhar juntas, pois possuem significativa expressão na mudança de relações entre classes sociais ou nas relações entre distintos grupos sociais existentes no interior de uma só classe. A política social está intimamente ligada aos reclames populares.

No Brasil têm se assistido com a evolução do capitalismo um predomínio da política econômica sobre a política social. A plantificação da economia é a principal forma de sistematização da política econômica e social. A política econômica, a política social e ainda sua planificação expõem diretrizes gerais e setoriais. Estas diretrizes fixam as prioridades, associando ao mesmo tempo órgão de planejamento às deliberações do

governo. As diretrizes gerais são vinculadas à vontade do governo, desta forma escondem o que realmente expressa a realidade social.

As políticas sociais e econômicas vivem em constante contradição, pois a social visa suprir necessidades sociais e a econômica tem como objetivo a rentabilidade dos negócios na economia de mercado. No entanto, não podem prescindir longe uma da outra, pois uma está interligada a outra, e acabam sendo cúmplices. As políticas sociais passam a ser denominadas de compensatórias, pois minimizam os efeitos causados pela política econômica.

A política social diz respeito à (re) distribuição e ao consumo social, e em muitos casos ela oferece grandes possibilidades de negócios “econômicos”. Já a política econômica se dirige a produção, a acumulação, a concentração e o consumo. Nesta política, a tendência é converter tudo em mercadoria para que seja transacionada no mercado, seguindo a lógica da acumulação e das crescentes taxas de lucros.

Ambas políticas tentam visar a equidade e a justiça social, quando tenta - se buscar o interesse geral. As políticas econômicas vão também de interesse ao social, e as políticas sociais acabam por responder aos objetivos e metas da esfera econômica. Quando há uma grande oferta de serviços, garantia de renda mínima, seguro desemprego, acaba sendo de interesse econômico e social.

Para concluir, as políticas sociais e econômicas não podem continuar sendo implantadas separadamente, elas precisam estar atreladas para que os direitos da sociedade sejam garantidos.

A maior parte da sociedade precisa ter os seus direitos básicos garantidos, feitos com planejamento, para que assim possa atender realmente as pessoas, para que possam assim viver em Estado de Bem Estar Social.

Alguns autores colocam que para tratar do tema família – sendo esta um objeto complexo, mutável e historicamente construído. — É necessário uma construção interdisciplinar, que leve em conta todos os aspectos relacionados ao seu funcionamento (meio externo e interno) (BILAC, 2000; ELSEN ET AL, 1999).

1.2 A Família em situação de vulnerabilidade social

Por família, estar-se-á considerando:

[...]um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não), por laços consangüíneos. Ele tem como tarefa primordial o cuidado e a proteção de seus membros, e se encontra dialeticamente articulado com a estrutura social na qual está inserido (MIOTO apud MIOTO, 1998, p.21.)

Pode-se pensar em família, além dos laços biológicos ou civis, uma vez que existam laços resultantes de relações culturais, históricas, políticas, econômicas e sociais que interagem na constituição de organizações familiares.

A família é considerada no Estatuto da Criança e do Adolescente como instituição essencial para a realização dos direitos fundamentais da criança e do adolescente com: o direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito e dignidade, à convivência familiar, à educação, ao esporte, à cultura e ao lazer. A maior expectativa sobre essa família é que ela possa oferecer cuidados e afetos, que seja capaz de garantir a sobrevivência a seus membros e incluí-los na comunidade e sociedade em que vivem. No entanto, estas expectativas são possibilidades e não garantias. É impossível identificar a família como modelo único ou ideal.

Percebendo a família como grupo social, historicamente construído e, enquanto totalidade, coloca-se nesta perspectiva, que o “grupo familiar tem um papel decisivo na estruturação e desencadeamento das dificuldades de seus membros”(MIOTO, 1997, p.124).

Conforme Berge, “a família seria uma espécie de personalidade coletiva cuja harmonia geral se repercute sobre a harmonia de cada membro” (BERGE apud NOVAES, 1997, p.98).

O tema “família” vem sendo estudado nas últimas décadas, com maior ênfase a partir da Constituição Federal Brasileira de 1988, e com mais ambigüidade em 1994, promovido pelas Nações Unidas como o Ano Internacional da Família, onde obteve atenção especial o estudo da família e seu mundo, seja ele rural, urbano, ou indígena, com o reconhecimento da diversidade e multiplicidade dos arranjos existentes (KAYAYAN, 2002).

Segundo a nossa Constituição Federal de 1988, a família é responsável pelo cuidado de seus membros, sejam elas crianças ou idosos, sendo considerada como um espaço natural de cuidado (MIOTO, 2000), ou seja, que produz cuidados.

Esse tema vem requisitando estudos tanto teóricos quanto metodológicos, cujo objetivo é aperfeiçoar os profissionais para a atuação com uma instituição tão complexa e que requer uma atenção especial, uma vez que

é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e dos demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. (KALOUSTIAN, 2002, p.12).

Ainda assim, com tantas pesquisas na área, ainda há muito que discutir e estudar esse objeto, inclusive em termos metodológicos, para assim obter um melhor aprimoramento a este grupo.

A família contemporânea se apresenta de muitas formas, porém continua servindo como um canal de iniciação e aprendizado, principalmente, para os membros menores. Desde sua formação, a família atravessa distintas etapas: estas etapas não possuem um tempo definido, nem um desenvolvimento linear, pois cada família vive-as de uma determinada maneira em função de seus conflitos e particularidades. Compreender o

que se passa com uma família num determinado momento de sua existência é ferramenta essencial para poder ajudá-la de forma adequada, para tanto é necessário a utilização de subsídios teóricos que auxiliem o rompimento com os limites do bom senso e da intuição.

Assim, serão apresentados a seguir, algumas considerações sobre a família demonstrando como é a sua situação no atual contexto, as conseqüências que isso acarreta e a fragilização desta instituição na contextualização da violência.

1.2.1 A situação da família no atual contexto

Como já foi ressaltado por Miotto (1998), considera-se que o conceito de família parte muito mais dos laços de convivência, do que dos laços consangüíneos.

Desta forma, a família está intimamente ligada às redes de relações e interações que ocorrem nas diferentes esferas da sociedade, do Estado e do Mercado, sejam elas pessoas ou grupos.

Quando se discute sobre as relações entre família, sociedade e Estado, a primeira aparece como uma “instância geradora de cuidados”. Além disto, cabe à família a tarefa de cuidar e proteger dos seus membros, para que possam se desenvolver enquanto sujeitos e enquanto coletividades (MIOTTO, 2000).

De acordo com Miotto (2000), existem dois canais para que o cidadão satisfaça suas necessidades, que são o mercado, através do trabalho, ou a família. Quando a família falha, ou há algum problema com um dos seus membros, a mesma é responsabilizada como incapaz de cumprir com seus compromissos. E somente quando estes dois canais falham, o Estado intervém de forma temporária, até que a família tenha condições de retornar suas responsabilidades.

Dados estatísticos, contidos no texto de Miotto (2000), revelam que as famílias nos anos 90 passaram a se configurar das seguintes maneiras: apresentam número reduzido de filhos; as mulheres passaram a concentrar a vida reprodutiva em idades mais jovens; aumentaram as concepções em idade precoce; a coabitação e a união consensual; ocorreu o crescimento significativo das famílias monoparentais; de famílias recompostas; da população de idosos; das pessoas que vivem sós, porém prevaleceram as organizações familiares do tipo nuclear.

Desta forma, a Constituição Federativa do Brasil preconiza em seu artigo 226, que “a família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado”, e quando esta, falha em suas funções, o Estado deve prover os recursos necessários para que ela volte a desempenhá-las. Então, quando a família não consegue dar as condições mínimas para a sobrevivência e desenvolvimento de seus membros, a mesma é inserida em serviços ou programas criados pelo governo para que consigam superar estas fragilidades.

As famílias em condições de pobreza enfrentam cotidianamente uma conjuntura de instabilidade e contradição, pois não conseguem alcançar patamares de dignidade, uma vez que não encontram possibilidade de resistência a ordem econômica e social que lhes é imposta. Essas famílias passam à condição de vulnerabilidade social, pois com a ausência do trabalho e suporte social, as camadas mais pobres não encontram caminhos para a inserção social.

A situação de vulnerabilidade social pode ser desencadeada por fatores econômicos, políticos, sociais ou culturais, acarretando na fragilização da família. Esta fragilização aliada ao desprovimento faz com que estas estabeleçam algumas estratégias de sobrevivência. Onde se destaca o trabalho infantil, a exploração sexual infanto-juvenil, a mendicância, o tráfico, a situação de rua entre outros.

Nesse sentido, assim como espaço que produz cuidado, a família deve ser vista também como espaço a ser cuidado, que necessita de cuidados (MIOTO, 2000). Ela deve ser protegida e assistida pelo Estado para que possa desempenhar suas responsabilidades e funções (BECKER, 2002; TAKASHIMA, 2002).

Quando se analisa a grave situação de crianças e adolescentes no Brasil, compreende-se que o Estado não pode apenas se limitar ao reconhecimento de direitos à cidadania, de crianças e adolescentes é preciso a efetiva implementação de políticas sociais que proporcionem o bem-estar das famílias, pois “a falta ou carência de recursos materiais, não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder” (ECA, 1990, Art.23), cabendo ao Estado a inclusão destes indivíduos em programas de auxílio.

O Estado, porém pode tornar-se contraditoriamente também, em um mecanismo de controle, de modo a invadir a privacidade de um contexto familiar, especialmente em famílias em situação de vulnerabilidade social.

A partir de análises feitas por Mioto (2001), o Estado classifica as famílias em capazes e incapazes. Sendo consideradas capazes aquelas que via mercado, trabalho e organização interna, conseguem desempenhar com êxito as funções que lhes são atribuídas pela sociedade; em contra partida existem as famílias consideradas incapazes, estas são aquelas que não conseguindo atender as expectativas sociais, requerem a interferência externa, em especial do Estado, visando a proteção de seus membros, são as merecedoras da ajuda pública. Deste modo, podemos perceber que não são levados em conta os problemas sociais de ordem conjuntural, que determinam a condição de vulnerabilidade social das famílias.

Toda condição de vulnerabilidade se traduz num estado de instabilidade, assim todos os seres humanos, de um modo ou de outro, em relação a uma coisa ou outra são mais ou menos vulneráveis. Só se verifica a vulnerabilidade de alguém, quando esse é

comparado com outra condição de ser, ou seja, quando comparado a um certo e conhecido padrão, condição ou estado de ser e existir.

A vulnerabilidade social indica a possibilidade atual, de alguém ter sua condição de vida, em relação à sociedade da qual faz parte alterada. Esta alteração na condição de vida de uma pessoa pode dar-se para melhor ou pior. Porém pode-se tipificar a vulnerabilidade social, com exemplos próprios da vida humana e seus relacionamentos. Desse modo, crises econômicas, desempregos, abandono, falta de cuidados com a criança e com o adolescente, com portadores de necessidades especiais, desprezo para com os idosos, violência, carência de seguridade social, doenças epidêmica, falta de higiene e saúde pública, constituem situações que tornam, o viver comum de qualquer ser humano, intensamente vulnerável. A expressão vulnerabilidade social não deve ser entendida de maneira restrita, pois não se pode limitar o número possível de situações de vulnerabilidade social a que um indivíduo pode estar sujeito, e

os direitos estabelecidos na Constituição Federal são muito importantes, pois viabilizam de certo modo a igualdade social e econômica e buscam melhorar a condição de vida à sociedade que se vê vulnerável. (RIZICKI, 2001).

À medida que o Estado restringe a participação para uma possível solução de determinados segmentos, como por exemplo, crianças, adolescentes, idosos, portadores de deficiência e pessoas com problemas crônicos de saúde – a família tem sido chamada a preencher essa lacuna, sem receber dos poderes públicos a devida assistência para tanto.

Neste sentido, evidencia-se a ausência de políticas de proteção social à população das camadas mais empobrecidas, destacando-se a retração do Estado.

Como afirma Yasbek (2001, p. 37):

Assim, o 'modelo' é um Estado que reduz suas intervenções no campo social e que apela à solidariedade social, optando por programas focalistas e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais. Cresce o Terceiro Setor. Aparece com força a defesa de alternativas privatistas para a

questão social, envolvendo a família, as organizações sociais e a comunidade. Esta defesa, como já afirmamos, é legitimada pelo renascimento de idéias liberais que referendam a desigualdade. Assim, as propostas neoliberais, em relação ao papel do Estado quanto à questão social, são propostas reducionistas que esvaziam e descaracterizam os mecanismos institucionalizados de proteção social. São propostas fundadas numa visão de política social apenas para complementar o que não se conseguiu via mercado, família ou comunidade.

A crescente globalização juntamente com o neoliberalismo propagados em países capitalistas, acabam se tornando o elo para o dismantelamento das conquistas sociais. Com isso o mundo do trabalho é afetado pela constante degradação das condições de trabalho, salário e qualidade de vida.

O neoliberalismo abarca cada vez mais a diminuição com os gastos sociais e a crescente redução de programas públicos, fazendo com que o Estado se torne mínimo para o cidadão e máximo para o capital, pois passa a tornar apenas iniciativas de emergência, em relação às classes mais empobrecidas. Impondo aos programas sociais, um cunho seletivo, rompendo com a idéia de universalidade, tendo como conseqüências o descumprimento das leis. Assim o Estado inverte o seu papel de proteção integral ao cidadão, e as ações voltam a ser de responsabilidade da sociedade civil.

Nesse contexto, as famílias são atingidas de várias formas. Desde cedo convivem com o peso da desigualdade social, sendo inclusive desprovidos dos direitos garantidos por leis, como é o caso do conteúdo do artigo 24 de Estatuto da Criança e do Adolescente que coloca que a pobreza não deve ser motivo para os pais terem a suspensão do pátrio poder e que as famílias devem ser incluídas em programas de auxílio, para que as crianças e adolescentes possam viver em sua família de origem; assim, a família é uma unidade econômica e um direito da criança e do adolescente. Porém, as famílias, muitas vezes, são vistas como as únicas culpadas pela situação econômica em que vivem, e por esse motivo são excluídas de benefícios sociais, devido aos cortes nas políticas sociais.

Segundo Takashima (1994, p.82),

As milhares de famílias em condições de miserabilidade adquirem cada vez mais, dimensões complexas e desumanas e constituem uma verdadeira violência social, onde os seres humanos não passam de números descartáveis ou considerados biodegradáveis.

Para tentar mudar essa realidade é necessário que exista uma redistribuição da riqueza nacional e política sociais que intercedam na diminuição dos desníveis sociais, para assim melhorar a distribuição de renda, proporcionando a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Hoje o Estado contemporâneo, tem sua grande parcela da população, desprezada, seja por não conseguir empregos, moradia ou acesso aos meios essenciais à sobrevivência. Essa questão se baseia unicamente na situação econômica do indivíduo.

Para tentar acabar com essa estrutura marginalizadora, é preciso que a sociedade civil construa redes de apoio e de envolvimento entre famílias e comunidades, pois só assim poderá se garantir um usufruto mais eficaz de atenções básicas pelo Estado, uma vez que o coletivo pode definir o singular, através de uma construção objetiva.

As crianças e adolescentes mais empobrecidos, desde muito cedo convivem com uma realidade social marcada pela exclusão e pela desigualdade. A educação poderá dar instrução para que a crianças e adolescentes futuramente saibam reivindicar os direitos de sua família, impondo ao Estado a execução de programas de qualidade e assim finalizar-se-á com o descaso comum das autoridades governamentais.

Para que se consolide no Brasil um modelo de políticas sociais, torna-se necessária uma forte mobilização social, já que as conquistas sociais só se concretizaram até hoje, devido à organização da sociedade frente aos diferentes movimentos sociais.

Contudo, percebe-se que os serviços de assistência estão dirigidos a indivíduos problemas. É procedente, não estabelecer uma relação automática entre pobreza, desorganização familiar e delinquência, sendo prudente reconhecer que para determinados

indivíduos, as condições reais de vida são tão adversas que acabam impulsionando a prática de atos anticonvencionais, como o roubo, o uso e tráfico de drogas, entre outros.

Analisando a realidade brasileira, percebe-se ser imprescindível que se tenha um Poder Público que responda aos anseios da sociedade e que tenha duas preocupações básicas: a primeira seria a implementação de leis para que retratem as reivindicações populares e a segunda, se refere ao aperfeiçoamento da estrutura deste poder. É de suma importância que os operadores do direito, inclusive os Assistentes Sociais se sintam responsáveis pela construção de um modelo societário que seja, efetivamente mais justo, livre, provedor dos direitos humanos e que definitivamente caminhem para a construção de uma cidadania operativa.

No Brasil, o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo governo, gerou o empobrecimento acelerado das famílias. Na década de 80, acompanhamos um processo de migração exarcebada do campo para a cidade e a entrada de um contingente muito grande de mulheres e crianças no mercado de trabalho. Tem – se, portanto, uma população vítima do êxodo rural, vivendo confinada em favelas e casas precárias nas periferias. Nestes ambientes, o direito a privacidade é negado aos grupos familiares empobrecidos que são excluídos do acesso a bens e serviços, e do usufruto amplo da própria cidade onde residem.

Para tanto, ao longo da história, a família caracteriza-se como um espaço de inserção e apoio para o indivíduo, embora não se negue também a existência nela da reprodução da desigualdade e da violência. Além disso, nas últimas décadas, a sociabilidade familiar parece estar sendo ainda mais valorizada, talvez porque o trabalho está deixando de fazer parte da vida de muitos indivíduos, especialmente na condição de emprego, em decorrência de políticas neoliberais, adotadas no Brasil a partir do final da década de 1980 e intensificada na década de 90.

Diante da ausência das políticas de proteção social que deveriam ser implementadas pela esfera pública, depara-se com a pressão para que se encontrem respostas junto à família para as situações vividas pelos indivíduos.

Esse núcleo familiar não dispõe do básico para promover a integração social e o desenvolvimento pessoal de seus membros. A necessidade de inclusão social em programas sociais que possibilitem as condições básicas de inserção social e de cidadania para que a família possa cumprir o papel que lhe é social e legalmente atribuído. A família é responsável pelos seus membros, devendo assisti-los, criá-los e educá-los, de acordo com o que está determinado no capítulo VII, artigos 227 e 229 da Constituição da República Federativa do Brasil, e nos artigos 19 e 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

É preciso compreender a família, sua inserção social, o papel que está sendo destinado, a sua situação no atual contexto para que seja necessária a implementação de políticas públicas de caráter universalista que assegure proteção social; entretanto o essencial é que os indivíduos e suas famílias tenham reais condições de autonomia, que sejam respeitados os seus direitos civis e sociais e que haja uma elevação na qualidade de vida, fator que se torna indispensável para o exercício e construção da cidadania.

1.3 Contextualização da violência

Abordar a questão da violência não é tarefa fácil, frente aos diversos determinantes que influenciam no significado de violência.

A situação de pobreza agravada ainda mais nos últimos anos, o desemprego estrutural, a crise conjuntural; o discurso protecionista do Estado traduzido em programas comunitários, massificados, e que tem seu êxito diretamente ligado à divulgação em veículos de comunicação hegemônicos; a pré-configuração da imagem externa do Brasil, produzida por instituições mundiais com clara tendência nortista; a ampliação da classe

média alienada, que reforça ainda mais o conceito de classe social ao se fechar em condomínios, *shopping centers*, transformando o conceito de vida em sociedade numa falsa ambientação de um Estado de bem estar social; esses e muitos outros fatores que incidem no cotidiano de nossas vidas.

Vê – se, pelas definições do Dicionário Aurélio (1986, p. 1779), que violência e violento, embora não sejam em si conceitos negativos, estão muito vinculados à idéia de uso da força e de injustiça e desrespeito a direitos:

Violência. [Do *lat. Violentia.*] S.f. 1. qualidade de violento; ato violento, ato de violentar; constrangimento físico ou moral; uso da força; coação.

Violento. [Do *lat. Violentu*] Adj. 1. que age com ímpeto; impetuoso; que se exerce com força; agitado; tumultuoso; em que se faz uso da força bruta; contrário ao direito e à justiça.

Costa, afirma que:

Violência é o emprego desejado de agressividade com fins destrutivos. Agressões físicas, brigas, conflitos podem ser expressões de agressividade humana, mas não necessariamente expressões de violência. Na violência a ação é traduzida como violenta pela vítima, pelo agente ou pelo observador. A violência ocorre quando há desejo de destruição (COSTA apud FUKUI, 1992, p.103).

Segundo o autor, “a violência está presente quando seres humanos são influenciados de tal modo que a sua realização atual, somática e mental é inferior à sua realização potencial”(GALTUNG, 1990, p.333).

Em outras palavras, existe violência quando, em função de ações ou omissões, seres humanos são impedidos de realizarem-se plenamente, de acordo com o padrão societário e com as possibilidades (ou potencialidades) do período histórico em questão: quando há (potencialmente) os meios para essa realização, mas, por uma diversidade de fatores, esse potencial não se efetiviza.

GALTUNG (1990) define, pois, a violência como a causa da diferença entre o potencial e o atual, entre o que poderia ser e o que é. A violência é o que faz aumentar a distância entre o potencial e o atual e o que impede a diminuição dessa distância.

Segundo essa definição, a violência existe quando são subtraídos ou eliminados os meios para os seres humanos desenvolverem-se. A violência surge quando os indivíduos não têm condições, ou condições lhes são tiradas, de realizarem-se de acordo com esse potencial, definido historicamente.

Nas palavras de GALTUNG (1990, p.335),

o nível potencial de realização consiste no que é possível, em função de um determinado nível de conhecimentos e de recursos. Se os conhecimentos, ou os recursos, ou ambos, são monopolizados por um grupo ou por uma classe, ou se são utilizados para outros fins, então o nível atual cai abaixo do nível potencial e a violência está presente no sistema.

As conseqüências disso são as mais nefastas para os excluídos da categoria dos normais. Além do preconceito e da discriminação, que por si só são muito cruéis, tem de enfrentar uma gama de dificuldades adicionais durante toda a sua existência, pois a violência encontra-se introjetada, em maior ou menor grau, em todo o tecido social, sendo reproduzida, inclusive, pelas populações vítimas da violência.

No Brasil, a violência contra as famílias e os segmentos vulneráveis da sociedade tem características peculiares na medida em que está inserida em um contexto de desigualdades, pode-se dizer, único no mundo.

1.3.1 As diversas formas de violência

A violência pode se manifestar de formas variadas e através de diversos agentes. Três grandes grupos podem ser destacados na violência cometida contra a criança e adolescente: a violência familiar, a social/estrutural e a urbana.

A violência Familiar, muitas vezes está assimilada ao cotidiano da família e é vista como natural, se manifesta em suas formas mais acentuadas pela ação, através do espancamento ou do abuso sexual cometido por pais, parentes ou irmãos, ou pela omissão, através da negação do sustento material e intelectual.

Mas, mesmo quando o conflito familiar não atinge estas proporções, não deixam de existir outras formas de violência cotidiana, mais veladas e silenciadas, através da repressão, da restrição à liberdade, da exploração do trabalho, entre outras.

A violência, às vezes, é oculta entre as paredes do lar e pode se manifestar ou não no aparecimento de marcas físicas na criança ou adolescente ou no seu comportamento. Muitas vezes não há vestígios da violência física, como na maior parte dos casos de abuso sexual, e a criança se sente constrangida para falar sobre o fato e denunciar o familiar.

A violência social/ estrutural, talvez seja mais difícil de ser definida, mas, por outro lado, pode ser a mais ampla e a de combate mais duro. Ela se manifesta na desigualdade das relações, na negação da cidadania, na negação dos direitos à vida, à educação, à saúde, à convivência, à cultura, a exploração comercial da imagem e da sexualidade, produzidas pelo sistema social, aí incluídas as discriminações de classe, raça/etnia, sexo e idade, são exemplos claros de violência social. Em muitos casos essa violência efetiva-se na organização de setores da sociedade para reprimir e violar os direitos de seus semelhantes.

É um tipo de violência na qual não existe um ator explícito, está inserida na estrutura da sociedade e se manifesta como desigualdade de poder, principalmente no que diz respeito ao poder para decidir sobre a distribuição dos recursos sociais.

A violência está inscrita na estrutura e manifesta-se por um poder desigual e, em consequência, por oportunidades desiguais na vida.

A realidade brasileira é a expressão máxima da violência estrutural analisada por Johan Galtung. É um país de enormes riquezas, apresentando avanços extraordinários em diversas áreas do conhecimento, mas que, no entanto, não conseguiu atender às necessidades básicas de seu povo, tais como saneamento básico, educação de boa qualidade, sistema de saúde igualitário, uma política habitacional que responda às demandas potencialmente colocadas pela população entre outras.

Como observou JÚNIOR (1992, p.24),

o subemprego, emprego intermitente e desemprego não podem ser vistos como uma “disfunção” ou como fora do modelo de desenvolvimento adotado. O mercado informal e o exército de reserva não negam ou estão alheios ao sistema produtivo hegemônico. Ao contrário, fazem parte da própria configuração do processo de acumulação e da lógica de mercado.

O país vive o colapso da modernidade conforme menciona BUARQUE (1991, p.17),

A pobreza não é um fenômeno novo. Mas agora ela é fabricada, como consequência das decisões de modernização. A crise urbana foi induzida pela ênfase na industrialização; a modernização agrícola agravou a fome; a desigualdade social deriva das decisões econômicas para viabilizar a modernização.

E ainda:

O Brasil é um dos mais atrasados países do mundo. Tão atrasado que sua elite ainda não atualizou seu conceito de moderno. Atrasado, não porque seus automóveis sejam superados e sim porque o sistema de transporte não funciona. Não porque sua agricultura é primitiva e sim porque sua população é desnutrida. Não porque os condomínios ainda são poucos e sim porque as favelas são muitas. O que faz o Brasil não contemporâneo às conquistas do mundo não é apenas a falta de ciência e a tecnologia de que dispõe não tem sido utilizadas para fazer um Brasil que satisfaça os desejos de sua população. E tem servido para fazê-lo regredir socialmente. (BUARQUE, 1991, p.20).

As contradições do sistema são agravadas pela falta de sensibilidade dos que tem poder para definir os rumos do país.

Em síntese, a situação de miséria a que tem que se submeter parcela significativa da população brasileira se deve, por um lado à própria lógica do sistema

capitalista vigente no país, e, por outro, à opção por um tipo determinado de desenvolvimento que tende a agravar o problema da miséria e da fome; a uma opção de “modernidade” que só tem contribuído para agravar a penúria social do país.

O abuso sexual, estupro e a prostituição infanto-juvenil são expressões de violência sexual na família e na sociedade. É um fenômeno socialmente complexo, pois se caracteriza por apresentar ofensas morais de toda ordem, associada de todo tipo, nas pessoas que vivenciaram a situação ou aquelas que tomam conhecimento desta.

Segundo RIZICKI, (2001, p.65)

se a violência é urbana, pode-se concluir que uma das causas é o próprio espaço urbano? Sim, porque nas periferias das cidades, onde a presença de poder público é fraca, o crime consegue ser instalado mais facilmente, onde não há infra-estrutura adequada, saneamento básico, energia elétrica, transporte, lazer é precária ou até mesmo insuficiente.

E ainda:

O crescimento do tráfico de drogas, é um grande fator no aumento de crimes violentos. As taxas de homicídio são elevadas pelo acerto de contas, chacinas e outras disputas de traficantes rivais. Um outro fator que aumenta o número de homicídios é a disseminação das armas de fogo.

O tipo de violência urbana que se presencia no Brasil é o crime organizado, que é muito ruim, pois cria um poder paralelo. Para o Estado, a violência urbana traz despesas significativas. São retirados recursos de outras áreas para financiar a estrutura penitenciária, os serviços de apoio às vítimas, entre outros.

A população é muito penalizada com essa forma de violência, pois tem como consequência à perda da liberdade, menor ofertas de empregos, deterioração dos serviços públicos etc.

1.4 Violência X Cidadania

Ser cidadão significa, em termos gerais, ser sujeito de direitos e de deveres. Essa definição requer, todavia, um esforço adicional de precisão, uma vez que é muito vaga, podendo dar margem a uma variedade muito grande de análises completamente distintas umas das outras.

Ser cidadão é todo indivíduo que pertence a uma nação, cuja Constituição lhe reconhece direitos e na qual ele próprio reconhece ter deveres. Mas observa-se que essa cidadania é limitada na medida em que inclui na categoria de cidadãos pessoas que se encontram em condições as mais precárias de existência, tendo que se submeter às mais variadas formas de violência.

A luta pela cidadania plena caminha no mesmo sentido da luta contra os diferentes tipos de violência. A cidadania plena significa o fim das arbitrariedades e dos desrespeitos aos direitos humanos em um sentido amplo, o que implica no acesso, por parte de ampla maioria da população, a uma educação de boa qualidade, ao saneamento básico, a uma justiça não-discriminatória, a uma alimentação saudável, enfim, aos direitos básicos que uma sociedade nos moldes da atual pode oferecer.

Em se tratando de crianças e adolescentes, o conceito de cidadania apresenta algumas peculiaridades que devem ser levadas em consideração. Isto porque, como se trata de seres humanos em desenvolvimento, não tendo atingido ainda a maturidade física, psicológica e social, é pertinente que recebam cuidados e proteções especiais por parte da sociedade e do Estado.

Isto se deve ao fato de que a cidadania implica em responsabilidade. Esta por sua vez, exige uma formação e um grau de compreensão da realidade que só a partir de determinada idade é possível ter.

CAPÍTULO 2 – VIOLÊNCIA NA ESCOLA

2.1. O diagnóstico da violência no Colégio Marista e Municipal São José

No primeiro capítulo deste trabalho abordou-se sobre as diversas manifestações da violência contra crianças e adolescentes, particularmente contra as que pertencem às populações de baixa renda, no Brasil.

Essa violência, entendida de forma ampla, pode ser tratada enquanto ausência de cidadania. Essa relação será importante para compreender o trabalho realizado no Colégio Marista e Municipal São José.

Intervindo nas situações sociais que caracterizam a relação aluno – família, numa proposição de caráter preventivo e promocional, visando a contribuição para a perfeita integração aluno – escola – família, a presente pesquisa visa proporcionar aos alunos e famílias do Colégio Marista e Municipal São José, as melhores condições para sua integração, objetivando melhorar a eficácia e a produtividade.

O tema proposto surgiu devido aos encaminhamentos direcionados ao Serviço Social, onde os professores relataram à falta de interesse de alguns alunos, a agressividade com os colegas e professores, gerando um conflito a ser investigado na família ou na escola. Com o propósito de uma atuação qualificada na área de educação e de propiciar que cada criança ou adolescente tenha acesso à escola e aos meios para a sua permanência e sucesso na mesma, torna – se necessário abordar os aspectos que podem influenciar no processo de ensino – aprendizagem dos educandos.

Dentre as várias temáticas que circundam o dia-a-dia do profissional de Serviço Social em situações escolares, optou-se pela análise também da família como um meio influenciador da aprendizagem, do comportamento, por acreditar que este

profissional, o Assistente Social, possui uma visão ampliada de homem, de mundo e do contexto, é devidamente preparado e capacitado para a atuação nesta área, excluindo-se as preocupações que podem ser tratadas a partir do olhar de outros profissionais.

O interesse por este tema suscitou das observações realizadas nos atendimentos e no cotidiano da realização de estágio curricular na instituição de ensino formal, o Colégio Marista e Municipal São José. A partir desta vivência, percebeu-se que as crianças com maior agressividade e desinteresse escolar, possuem relações conflituosas na família. Despertou também o desafio de desvendar esse fenômeno, no intuito de buscar identificar novos subsídios teórico-metodológicos e técnico-operativos que contribuíssem para o seu enfrentamento.

Faz - se, então, algumas considerações sobre a violência no contexto familiar e escolar.

A violência, em todas as suas manifestações é, atualmente, um dos principais problemas enfrentados, particularmente na sociedade brasileira. Esta deixa de ser um fato exclusivamente policial para ser um problema social que afeta a sociedade como um todo. É um tema com diversas possibilidades de abordagens, uma marca cada vez mais perigosa, alardeada entre as práticas sociais. Discorrer sobre violência na atualidade, não é muito difícil, pois está sendo vivenciada por todos e, sendo amplamente difundida na mídia estando desta forma, constantemente presente no cotidiano.

Nessa atual conjuntura que é caracterizada por uma profunda crise sócio-econômica e por uma escalada de violência em múltiplas manifestações, observa-se que as crianças e os adolescentes no Brasil representam a parcela da sociedade mais exposta às violações de direitos pela família, pelo Estado e pela sociedade.

Estudos de diferentes áreas demonstram que a violência ocasionada no âmbito familiar é potencializada por vários fatores de ordem social como a pobreza, o

desemprego, a exclusão social, o consumo e tráfico de drogas, o alcoolismo, as aglomerações urbanas etc.

A violência familiar se manifesta em suas formas mais acentuadas pela ação, através do espancamento ou do abuso sexual cometido por pais, parentes ou irmãos, ou pela omissão, através da negação do sustento material e intelectual. Quando a violência não toma essas proporções o conflito familiar se desencadeia através da violência cotidiana, mais veladas e silenciadas, através da repressão, da restrição à liberdade, da exploração do trabalho...

Segundo Sá (2000, p12),

[...] a violência doméstica contra criança e o adolescente, embora repudiada socialmente, ainda é considerada fato cotidiano. É uma forma de linguagem que não expressa apenas o intuito de educar ou de corrigir comportamentos inadequados, mas quer comunicar o poder dos pais sobre a criança, ou seja, o poder do mais forte sobre o mais fraco.

Há casos em que os pais denunciam agressões praticadas pelos próprios filhos. Esse fato nos alerta para o chamado “ciclo da violência”. Segundo Saffoti (1997, p.150), “a criança só espera atingir a idade adulta para seguir o mesmo caminho da violência”. Tornar-se-á um provável violador, investindo de uma suposta legitimidade, quando se tornar pai ou mãe.

Fala-se muito hoje no elevado grau de violência na juventude, onde a principal causa é a ausência ou incorreção da educação familiar. Como afirma Veronese (1998, p.18), “classes A e B no Brasil educam seus filhos de uma forma aviltante, descompromissada com o social, endeusando o consumo e o prazer”.

A violência pode ser um fator desencadeante de uma desconstrução de valores e verdades estabelecidos, trazendo sérios prejuízos também para a auto-estima do adolescente. As conseqüências desse processo **não** são apenas de ordem física, mas o são de ordem emocionais e muito graves.

A violência na escola não pode ser analisada como um fenômeno isolado, ela é parte de um grande processo, que vai além da escola, pois abrange uma série de fatores que envolvem o contexto social.

As causas da violência na escola, assim como na sociedade em geral, são múltiplas e complexas, mas a origem de todas elas pode estar situada nas intoleráveis condições econômicas e sociais criadas pelo tipo de modelo de desenvolvimento que foi implementado, ao longo dos anos, no Brasil (PINO, 1995, p.14).

Um dos reflexos da violência na escola ocorre com atos de vandalismo, como quebra das instalações sanitárias, furtos de alguns materiais e as pichações, ou seja, a depredação escolar. Há também as brigas e agressões entre os alunos, sendo atualmente esta a mais presente.

Segundo Lucinda,

roubos, insultos, brigas, exploração dos mais novos pelos mais velhos são atos que, de tão freqüentes no cotidiano escolar, acabam por serem banalizados e/ou tidos como manifestações 'normais' da idade e/ou da condição sociocultural e econômica do jovem (LUCINDA apud PERALVA, 1997, p.23).

E ainda,

A violência entre alunos constrói-se em torno de duas lógicas complementares: de um lado, encenação ritual e lúdica de uma violência verbal e física; de outro, engajamento pessoal em relações de força, vazias de qualquer conteúdo preciso, exceto o de fundar uma percepção do mundo justamente em termos de relações de força. Nos dois casos, o que está em jogo é a construção e a auto-reprodução de uma cultura da violência. (PERALVA, 1997, p.20).

Cabe aos educadores encontrar mecanismos de acesso e permanência na escola, evitando a exclusão dos alunos, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente. A exclusão dos alunos do convívio escolar para determinados alunos é o impedimento para desfrutar, além da escolarização, de um mínimo de convívio social, impedindo-os de algumas atividades como esporte, namoro ou encontro com amigos em um espaço escolar.

No Estatuto da Criança e do Adolescente Artigo 18, é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente, os procedimentos educacionais relacionados às medidas pedagógicas reeducativas previstas no regimento escolar devem ser revistos, observando o atendimento à integridade e à dignidade da criança e do adolescente, assim como preceitua o artigo 222 da Constituição Federal, “colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

A família pode ser vista como uma “caixa de ressonância dos problemas e desafios deste final de século, que envolvem problemas de ordem ética, econômica e social” (MIOTO, 2000, p.121).

A violência na família, especialmente contra crianças e adolescentes, tem presença constante na agenda das questões sociais, dessa forma, muitas vezes a família, em vez de ser o refúgio seguro, é o lugar que coloca em risco a segurança física e emocional de seus membros. Essa violência decorre de um complexo quadro social de abandono, não só de crianças e adolescentes por suas famílias, mas de famílias inteiras subjugadas e abnegadas pelo Estado. Tal violência tem envolvido adolescentes e jovens sob dupla perspectiva: por um lado, os jovens como vítimas da violência e, por outro como seus autores.

Acreditando que o processo de aprendizagem que a criança/adolescente constrói acontece dentro de um contexto e de um meio social, é necessário conhecer e discutir as características desse meio a fim de conhecer as bases na qual este processo vem sendo desenvolvido. Neste sentido justifica-se a necessidade de conhecer a população

usuária do Colégio Marista e Municipal São José, bem como, a ideologia de atendimento desta instituição.

Conhecer a ideologia do colégio é conhecer as bases nas quais são estruturadas as ações dos profissionais que dirigem a instituição ou que nele trabalham, e exercem influência direta na construção do processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

A caracterização do usuário não só faz parte do conhecimento da instituição, como propicia a percepção do contexto social no qual o aluno vive e constrói sua aprendizagem.

Por isso será apresentada em seguida, o Colégio, seu histórico, a entidade mantenedora e o seu ideário.

2.2 Contextualização da Instituição

A instituição na qual foi desenvolvido o estágio curricular obrigatório, denomina-se Colégio Marista e Municipal São José, que se localiza no Bairro Serraria, Loteamento Jardim Zanellato, município de São José, Santa Catarina.

Constitui-se como um dos 69 colégios de Educação Marista do Brasil, tendo sido fundado em 14 de fevereiro de 1996, mediante convênio firmado entre a União Catarinense de Educação (UCE) – Irmãos Maristas, em parceria com a Prefeitura Municipal de São José. O objetivo maior desta parceria é propiciar educação às crianças e adolescentes oriundas de classes sociais de baixa renda, que vivem em condições de carência econômica, que residam na região.

Na relação *colégio - município*, cabe a Prefeitura Municipal de São José, a concessão do espaço físico, a construção e manutenção da estrutura física do colégio e a manutenção da merenda escolar.

Na relação *colégio - União*, compete à União Catarinense de Educação – Irmãos Maristas, como mantenedora do Colégio Marista e Municipal São José, a manutenção dos aspectos físicos da instituição, os recursos material e humano e, a ideologia e métodos pedagógicos.

Para melhor compreensão da dimensão ideológica, fez – se necessário propiciar um espaço especial para a discussão do que seria a União Catarinense de Educação e quais as implicações traz para a educação das crianças e adolescentes do Colégio Marista e Municipal São José, o fato de pertencerem à família Marista.

2.2.1 Unidade Mantenedora

A União Catarinense de Educação (UCE) constitui-se na mantenedora do Colégio Marista e Municipal São José e dos demais Colégios Maristas pertencentes à província de Santa Catarina, esta que faz parte do Instituto Marista e, abrange todo o estado de Santa Catarina, uma comunidade de Curitiba e a região missionária de Rondônia.

O Instituto Marista foi idealizado pelo Padre Marcelino José Bento Champagnat na época em que fazia parte do seminário Maior de Lião, na França. A idéia era de formar a Sociedade de Maria, a qual seria composta por padres, irmãos e irmãs, foi então que Champagnat expressou a convicção de que deveria incluir Irmãos Educadores para trabalhar com as crianças da zona rural, desprovidas de uma educação cristã.

Depois de sua ordenação sacerdotal em 22 de julho de 1816, foi nomeado auxiliar do pároco de La Valla e, em 23 de julho, decidiu iniciar a obra dos Irmãos Maristas.

[...] em fins de outubro de 1816, Marcelino Champagnat foi chamado à cabeceira do jovem Jean Baptista Montagne que, na idade de 17 anos, morria sem jamais ter ouvido falar de Deus. Nos olhos daquele rapaz, vislumbrou o clamor de milhares de crianças e jovens que, como ele, eram vítimas de trágica miséria humana e espiritual. Esse acontecimento moveu-o à ação. (CHAMPAGNAT, 1999, p. 24).

No dia 2 de janeiro de 1817 fundou o Instituto dos Pequenos Irmãos de Maria, conhecidos como Irmãos Maristas, ao acolher dois jovens do campo. Assim, os primeiros Irmãos eram camponeses e, em sua maioria, entre 14 e 18 anos de idade.

A atividade missionária do Instituto iniciou em 1836 quando três Irmãos e um grupo de Padres Maristas partem para a Oceania. Neste mesmo ano a Sociedade de Maria foi reconhecida pela Santa Sé, com o lema: “Tudo a Jesus por Maria para Jesus”.

Junto de seus discípulos, Marcelino elaborou um sistema de valores educativos tendo Maria como modelo, além de um sistema de contínua capacitação profissional que articulava teoria e prática baseada na experiência comunitária.

Sua obra foi estendida aos cinco continentes onde, os educadores Maristas partilham o sonho de Champagnat, 1999, p.26),

Transformar a vida e a situação das crianças e dos jovens, especialmente os menos favorecidos, oferecendo-lhes uma educação integral, humana e espiritual, baseada em um amor pessoal para com cada um deles.

O trabalho desenvolvido pelos Irmãos Maristas alcança atualmente 80 países, atuando na área de educação, com obras sociais e em comunidades. Trabalho este realizado em parceria com leigos afeiçoados pela filosofia Marista de educação e de vida.

No Brasil, os Irmãos Maristas chegaram no dia 15 de outubro de 1897 e se instalaram em Congonhas do Campo/Minas Gerais. No ano de 1997 já eram 600 Irmãos Maristas, 6800 professores, 4200 funcionários, 102.300 alunos, 65 escolas, 35 obras sociais, 3 universidades, 4 editoras, 7 rádios e 3 emissoras de TV.

Sua presença é marcante nas pastorais, entre crianças e os jovens, nas ruas, periferias e penitenciárias, incentivando os jovens a participarem da pastoral, enfatizando sua maturidade pessoal na fé e no compromisso social e seu bem-estar e qualidade de vida. Desenvolvem grupos de lideranças, programas missionários e voluntários, instituições escolares e programas sociais, tais como: casa para “meninos e, meninas de rua”, abrigos para menores e órfãos, centro para crianças e jovens submetidos a situações familiares problemáticas, centros de apoio às famílias desabrigadas, projetos para deficientes, imigrantes e grupos étnicos minoritários, centros de reabilitação e programas para jovens dependentes de drogas ou HIV positivo, e programas de auxílio a jovens encarcerados e ex-presidiários.

Desde então o Colégio Marista e Municipal São José, através da União Catarinense de Educação, quer ser solidário com esta parcela da comunidade do Município de São José, possibilitando, através da educação, oportunidades concretas de busca e solidificação da verdadeira cidadania.

→ Procura integrar-se na comunidade local e desenvolver atividades curriculares e extracurriculares com a participação dos moradores do bairro e das famílias de seus alunos. Desta visão, nasceu o primeiro objetivo geral do colégio, que encontra-se no Projeto Político pedagógico (1996):

Guiados pelos princípios psico-pedagógicos do Padre Marcelino Champagnat, o Colégio Marista e Municipal São José empenha-se, à luz da ciência e dos valores evangélicos, a oferecer aos educandos e comunidade educativa, meios para interiorizar os valores propostos e desenvolver suas potencialidades em benefício de si próprio, da comunidade local e de uma sociedade mais justa, fraterna e participativa.

O Colégio Marista e Municipal São José tem por finalidade precípua formar Bons Cristãos e Virtuosos Cidadãos, conforme o fundador dos Irmãos Maristas, Pe. Marcelino José Bento Champagnat. Entende-se que a educação existe em função do homem. O Colégio Marista e Municipal São José, por sua ação educativa, quer ser presença da Igreja Católica no campo da educação e uma alternativa para as famílias em relação ao direito de educar seus filhos segundo suas opções.

Alguns princípios são levados em conta em sua proposta educativa:

- ✓ O homem é um ser social, vocacionado à liberdade e à transcendência;
- ✓ O homem é agente-sujeito da história;
- ✓ A história é um fenômeno dinâmico.

→ O Colégio Marista e Municipal São José conta com os Setores de Serviço Social (AS), Orientação de Disciplina, Coordenação Pedagógica, Serviço de Orientação Religiosa (SOR), Associação de Pais e Professores (APP) e com o movimento

EDA/REMAR, que busca a formação de jovens líderes e cristãos com apurado senso crítico.)

(Enquanto instituição educadora concilia a realidade e necessidades dos educandos com o Parâmetro Curricular Nacional (PCN), entendendo ser a educação, o melhor caminho para a efetivação da cidadania. O Colégio Marista e Municipal São José, tem suas funções guiadas pelos princípios de São Marcelino Champagnat: “oferecer uma educação onde a fé e a cultura se harmonizam, desenvolvendo a solidariedade e a consciência crítica nos alunos, contribuindo assim, para uma sociedade mais justa e fraterna”).

2.3 OBJETIVOS DO COLÉGIO

2.3.1 Objetivo Geral do Colégio

Oferecer uma Educação onde a Fé e a Cultura se harmonizam, desenvolvendo a solidariedade e a consciência crítica nos alunos, para construir uma sociedade mais justa e fraterna.

2.3.2 Objetivos Específicos do Colégio

- I. Preparar o educando para ser um sujeito livre, consciente, crítico, responsável, solidário, e comprometido com a promoção das pessoas;
- II. Orientar o educando para o exercício consciente da cidadania resgatando a sua auto-estima e autoconfiança;

- III. Orientar o educando para a internalização de uma escala de valores humanos e cristãos;
- IV. Estimular a criatividade e o desenvolvimento das habilidades artísticas do educando;
- V. Proporcionar o desenvolvimento sensório-motor, mental e espiritual do educando;
- VI. Criar ambiente e espaço onde o educando possa receber, experimentar e aprofundar os valores espirituais, morais, humanos e cristãos;
- VII. Incentivar o educando à busca do interesse pela informação, do hábito da leitura e da autoformação;
- VIII. Motivar o educando para a conquista e uso correto da autonomia, da liberdade e da iniciativa própria.

2.4 Caracterização dos usuários

Os usuários do Colégio Marista e Municipal São José apresentam um perfil de carência social, segundo dados levantados pelo Projeto Político Pedagógico de 2003, 70% das famílias vivem em condições de pobreza, e 30% são de classe baixa.

A maioria das famílias vem do Oeste de Santa Catarina e outros Estados, instalam-se no loteamento Jardim Zanellato, em busca de melhores condições de vida, sendo essas caracterizadas:

- Condições de Moradia: residem em sua maioria em terrenos de área verde, sem escritura, casa de madeira simples e pequenas para o número de pessoas que residem. Algumas localidades do bairro não possuem infra-estrutura adequada.

- Religiosidade: grande parte dos educandos são católicos, aparecendo também outros tipos. As famílias freqüentam constantemente às missas e cultos, tornando a crença

religiosa um dos únicos meios de relacionamento com outras pessoas, uma vez que o bairro não proporciona formas de lazer.

- *Situação Econômica e Social*: economicamente, a renda familiar tem origem no trabalho informal, biscates e subempregos que não garantem uma estabilidade para o sustento da família, ocasionando momentos de dificuldades, seja na alimentação, no vestuário, saúde, entre outros. Muitas mulheres assumem o sustento da família trabalhando como domésticas, precisando deixar seus filhos muitas vezes sozinhos.

O desemprego faz com que a pessoa sinta-se diminuída na sua capacidade de agir, dependendo de outras, assim como uma fragilidade psicológica, interferindo na sua capacidade de produzir, de ganhar seu sustento.

Diante dessa realidade muitas famílias ficam desestruturadas, passam a viver situações de conflitos, tornando as relações difíceis. Estes problemas influenciam na vida de seus filhos, que refletem na escola os diferentes problemas que enfrentam em casa.

Devido essa condição excludente, esses usuários buscam constantemente um auxílio, sendo que o colégio passa a ser a ponte de transformação, tanto para suas necessidades pessoais quanto na educação, através de material e uniforme escolar. E o setor de Serviço Social, tem um papel preponderante, pois, através dos programas sociais, democratiza o acesso a estes recursos, resgatando a cidadania desses usuários.

2.5 Breve histórico do Serviço Social

O Serviço Social do Colégio Marista e Municipal São José atua com a perspectiva de propiciar ao educando as condições necessárias para o seu desenvolvimento integral, buscando o resgate e efetivação de sua cidadania.

Conforme o artigo 49 do Projeto Político Pedagógico da instituição, compete ao Serviço Social:

- I. Atender e orientar o aluno em suas dificuldades seja na escola ou na família;
- II. Proporcionar condições necessárias para desvendar o problema, criando um ambiente favorável para que o aluno tenha confiança em revelar seu problema;
- III. Buscar alternativas imediatas frente ao caso apresentado;
- IV. Convocar os pais ou responsáveis para conversar;
- V. Realizar visitas domiciliares às famílias dos educandos;
- VI. Atender e orientar as famílias dos educandos;
- VII. Resgatar o potencial e a cidadania das pessoas;
- VIII. Encaminhar o caso aos órgãos competentes, conscientizando sobre seus direitos;
- IX. Organizar e realizar entrevistas para inscrições de alunos novos;
- X. Realizar diagnóstico social dos alunos;
- XI. Autorizar a matrícula do aluno;
- XII. Criar programas e projetos de conscientização e prevenção;
- XIII. Orientar os professores a respeito dos alunos atendidos;
- XIV. Promover trabalhos de grupos com os alunos para a discussão de problemas em comum;
- XV. Realizar palestras aos alunos, pais e professores;
- XVI. Elaborar relatórios estatísticos mensais e anuais encaminhando à mantenedora;
- XVII. Registrar todo o atendimento do setor.

Para que estas atribuições sejam alcançadas e, conforme se foi conhecendo a realidade e as demandas trazidas por seus usuários (alunos, pais, professores e comunidade), o Serviço Social estruturou-se através de Projetos Sociais.

2.5.1 Intervenção profissional de Serviço Social

No Colégio Marista e Municipal de São José o profissional de Serviço Social atua utilizando-se de atendimentos individuais, entrevistas, história de vida, dinâmicas de grupo, palestras, reuniões, visitas domiciliares, passes para doação, roupas e alimentos advindos de doações, material escolar, verba destinada à compra de materiais para a realização de atividades com os alunos, fichas de atendimento e encaminhamento, sendo que este ocorre juntamente com o encaminhamento realizado através da comunicação por telefone com o local em que o usuário é encaminhado, trabalho em redes, questionários, pesquisa, fichário, caderno ata, onde se realiza o registro de todos os casos atendidos, agenda de marcação dos pedidos para atendimento odontológico, comunicação e parceria com o posto de saúde local, com ONG'S, com as Secretarias da Prefeitura Municipal de São José.

Nessa prática profissional, o Assistente Social atende uma enorme variedade de demandas, e percebe o educando enquanto sujeito inserido num contexto e, como tal, não pode ser compreendido fora da realidade de sua família, comunidade e da sociedade como um todo.

A partir dessa visão, o profissional de Serviço Social, articula ações que envolvem as particularidades de cada educando e o levem ao desenvolvimento de suas potencialidades. Sendo assim, o trabalho na área educacional exige do Assistente Social, amplo conhecimento das relações existentes na sociedade e, das políticas que vem sendo desenvolvidas.

2.6 Metodologia da pesquisa

Para a realização deste estudo optou-se por desenvolver uma pesquisa quantitativa com análise qualitativa, por ser essa a que apresenta melhores condições de conhecer-se a realidade, conforme afirma Minayo (1994, p. 21-22)

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Os sujeitos da pesquisa foram os educandos que participaram do projeto Desvendando a Violência Familiar, que realizei enquanto estagiária da instituição de ensino Colégio Marista e Municipal São José. Esse número de sujeitos foi considerado satisfatório por ser tratar de pesquisa quantitativa e qualitativa e do prazo disponível para realizá-lo.

Como instrumento de coleta de dados foram utilizadas entrevistas, as quais tiveram aproximadamente 30 minutos de duração, após explicar o motivo e a finalidade da pesquisa. Utilizou-se um roteiro estruturado, as entrevistas foram realizadas em seus domicílios, para a fim de conhecer a realidade em que vivem.

Optou-se por entrevista, por compreender ser uma técnica eficiente, bastante utilizada pelos profissionais da área social, segundo Minayo (1994, p.57), “a entrevista tem um significado, o de focalizar a realidade dos sujeitos-objetos da pesquisa através dos fatos relatados pelos mesmos”.

Entrevista é uma conversa orientada para um objetivo definido. É uma situação social em que o entrevistador e o entrevistado interagem, não só através das palavras, mas também pela inflexão de voz, gestos, expressão fisionômica, modo de olhar, aparência e comportamento (NOGUEIRA, 1975).

Segundo Gil (1999), pode-se definir entrevista como a técnica em que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formula perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam a investigação.

Enquanto técnica de coleta de dados, a entrevista é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas presentes (SELLTIZ et al., 1967, p.273).

Utilizou-se também a observação, esta que não é apenas uma das atividades mais difusas da vida diária; é também um instrumento básico da pesquisa científica.

O campo específico da ciência é a realidade empírica. Ela tem em mira os fenômenos que se podem ver, sentir, tocar etc. Daí a importância que tem a observação. Devemos considerá-la como ponto de partida para todo o estudo científico e meio para verificar e validar os conhecimentos adquiridos. Não se pode, portanto, falar em ciência sem fazer referência a observação (RUDIO, 1980, p.32).

O ato de observar envolve todos os outros instrumentos: a reflexão, a avaliação e o planejamento; pois todos se inter cruzam no processo dialético de pensar a realidade.

2.6.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa em sua natureza é descritiva - exploratória. De acordo com Gil (1999), a principal característica desse tipo de pesquisa é a descrição das características de determinada população, ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Afirma ainda que uma de suas características é a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Já a de natureza exploratória tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com formulações de problemas e hipóteses para

pesquisas mais estruturadas. Gil (1999), destaca ainda que a exploratória é desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, acerca de um determinado fato.

Esta pesquisa buscou trazer dados sobre as condições de vida das famílias dos educandos, afim de que novas soluções possam ser formuladas no intuito de obter respostas às situações vivenciadas.

Este estudo tem sua natureza descritiva no momento em que descreve as famílias dos educandos em seus aspectos sócio-demográficos, sócio-culturais e mapeia as suas vulnerabilidades relacionando algumas dessas variáveis entre si de forma a obter uma melhor compreensão da situação que se apresenta.

Sua natureza exploratória evidencia-se quando busca detectar questões sociais que possam se originar da junção entre as características das famílias e as vulnerabilidades. Permite análise dos impactos e vazios das políticas no qual a família está inserida.

2.6.2 Problemática da pesquisa

Se a escola é parte da sociedade (um lugar para o exercício da cidadania) a violência na escola é reflexo da violência social e urbana?

2.6.3 Objetivos da pesquisa

2.6.3.1 Objetivo Geral

- ✓ Compreender se a violência na escola é reflexo da violência social e urbana.

2.6.3.2 Objetivos Específicos

- ✓ Resgatar a história de vida desses alunos;
- ✓ Desvendar a violência familiar, social e a urbana;
- ✓ Refletir sobre as políticas sociais que estão inseridas estas famílias;

- ✓ Avaliar o contexto sócio-econômico no qual estão inseridos.

2.6.4 Definição dos termos

No contexto do presente estudo, os termos aqui incluídos tiveram conotação específica, como segue:

Defasagem série/idade: pessoas que freqüentam uma determinada série escolar com idade superior àquela pedagogicamente recomendada para a referida série.

Domicílio: refere-se às edificações que contenham paredes e teto de qualquer material, destinadas à moradia de pessoas.

Etnia: característica de cor ou raça declarada pelas pessoas com base nas seguintes opções: branca, negra (preta), parda (mulata, mestiça), amarela(japonês), indígena.

Família: grupos de pessoas com ou sem parentesco entre os membros, que residem em um mesmo domicílio. Nesta pesquisa foram considerados dois tipos de estruturas e composições familiares:

Monoparentais: Famílias compostas por responsável e demais membros.

Biparentais: Famílias compostas por responsável, cônjuge e demais membros.

Responsável: corresponde, nos domicílios particulares, à pessoa definida como responsável pela unidade domiciliar ou que assim for considerada pelos demais moradores.

2.6.5 Definição operacional das variáveis

No contexto do presente estudo, adotou-se as seguintes definições operacionais:

- **Características Sócio-demográficas:** incluiu dados relativos à idade de todos os membros da família como etnia, estado civil, tamanho da família, local de nascimento, tempo de residência no município;

- **Características Sócio-culturais:** compreendem três aspectos:

1) Condições de habitabilidade: incluiu as características do domicílio e sua situação: próprio, alugado, cedido, invadido, financiado, outra; tipo: casa, apartamento, cômodos, nº de cômodos; tipo de construção: tijolo/alvenaria, madeira, material aproveitado, outro; tipo de abastecimento de água: rede pública, poço/nascente, outro; tipo de iluminação: relógio próprio, sem relógio, relógio comunitário lampião, vela, outro; escoamento sanitário: rede pública, fossa rudimentar, vala, céu aberto, outro; destino do lixo no domicílio: coletado, queimado, enterrado, céu aberto, outro.

2) Qualificação escolar: incluiu dados que especificam o analfabetismo, grau de instrução e situação escolar atual (freqüentam ou não a escola);

3) Relações com o trabalho: incluiu a situação de todos os membros da família, em relação ao mercado de trabalho, tais como: assalariado com carteira de trabalho, assalariado sem carteira, autônomo sem previdência social, aposentado/pensionista, sem trabalho, outra;

2.7 Universo da pesquisa

Trabalhou-se por amostragem. Onde foram realizadas entrevistas com 06 famílias, totalizando 06 alunos integrantes do projeto, onde a expressão da violência na escola é mais evidente.

2.8 Dados da pesquisa

2.8.1 Tipos de dados

Os dados empíricos utilizados tiveram como fonte principal o CAD – Único do Governo Federal, para se ter informações a respeito das características familiares. Este cadastro foi implantado a nível nacional em todos os programas de benefícios monetários. Através deste cadastramento, realizado em parceria com a Caixa Econômica, as famílias recebem o benefício mediante um cartão magnético, o qual fica sob responsabilidade do membro da família que ela constitui.

Assim, o município de São José procedeu à realização do cadastramento das famílias inseridas no PETI no período de julho a dezembro de 2002.

Utilizou-se as informações contidas nesses cadastros devidamente preenchidos e atualizados com as famílias, mediante liberação das assistentes sociais de plantão. Fez-se desta maneira, para que não ficasse muito cansativo para essas famílias responderem novamente, uma vez que esses dados eram recentes. O educando que não possuía tal benefício foi aplicado o mesmo questionário a fim de obter dados quantitativos, juntamente com uma série de perguntas para a análise qualitativa.

Para complementar estes dados foram utilizados dados qualitativos do levantamento complementar ao cadastro. Com isso foram elaboradas três fichas compostas dos seguintes dados: a primeira refere-se ao responsável legal da família quanto ao período de infância, a segunda refere-se ao comportamento do educando na visão do professor, pois é o mesmo que convive uma parte do dia e por último têm-se dados sobre a violência aplicados aos educandos respondidas pelo responsável legal, abrangendo o período de gestação, infância, idade escolar, lazer, trabalho, entre outras.

2.8.2 O processo de utilização dos dados empíricos do CAD - Único.

Devido ao fato de que alguns campos componentes do CAD-Único não exigiam preenchimento obrigatório, não foi possível a utilização de todos os dados. Os informes qualitativos obtidos no levantamento complementar ao cadastro (entrevista), apenas os referentes à violência, dependência química, lazer, vivência escolar, relacionamento com os colegas, habilidade e comportamento foram selecionados.

Ressalta-se que todo o trabalho de digitação e transformação dos dados qualitativos em quantitativos foi efetuado pela pesquisadora.

As questões abertas, oriundas do cadastramento foram classificadas em categorias e codificadas pela pesquisadora.

2.8.3 Delimitação da pesquisa

Com relação à sua área de abrangência o presente estudo foi realizado com 06 famílias, que representam uma pequena amostra das famílias dos educandos do Colégio Marista e Municipal São José em 2004.

2.8.4 Limitações da pesquisa

Apresenta-se as seguintes limitações:

1- O preenchimento do cadastro único (CAD-Único) foi realizado através de entrevista, conforme citado anteriormente, pelos técnicos do PETI de São José, podendo haver diferentes interpretações dos dados solicitados.

2- Possível que os entrevistados tenham ocultados dados sobre a presença de violência, uma vez que é crime, e temem a presença de órgão competente para tal situação.

Essas limitações, em sua totalidade não invalidam as contribuições que possa obter este estudo, que abrange uma amostra das famílias do Colégio Marista e Municipal São José.

CAPÍTULO 3 – DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo serão apresentadas a descrição e análise dos dados obtidos na presente pesquisa, o que permitirá estabelecer a caracterização das famílias dos educandos, e os aspectos pretendidos. Em todo o processo será realizado a descrição e análise na seguinte ordem: 1) Caracterização das famílias: características sócio-demográficas e características sócio-culturais. 2) Características das crianças e adolescentes; 3) Perfis das famílias dos educandos com violência escolar e 4) Relação aluno x escola.

3.1 Caracterização das famílias

3.1.1 Características Sócio–demográficas

As características sócio-demográficas referem-se aos dados relativos aos tipos de família, a predominância destes tipos, a idade a tamanho das famílias bem como sua procedência.

3.1.1.1 Tipo de organização familiar

O tipo de família que predomina entre os educandos do Colégio Marista é a monoparental, conforme ilustra a tabela 1.

Tabela 1 – Tipo de organização familiar

Estado Civil

Famílias	Solteiro	Casado	Separado	Total
Biparentais		1		1
Monoparentais	2		3	5
Total	2	1	3	6

Fonte: CAD-Único

Com relação à situação do estado civil das famílias monoparentais constatou-se 05 famílias que são formadas por pessoas solteiras e separadas.

Tem-se apenas 01 família biparental, esta que denomina-se casada. Constata-se nesta tabela, que a maioria dos educandos reside com mãe e ou pai, sendo essas as famílias recompostas. Corroborando a ideia de Miotto (1999), de que a família é uma unidade de convivência. A quantidade de famílias chefiadas por mulheres é de 04 casos, os motivos são variados, o mais comum é o abandono do lar, por parte dos maridos. Segundo Carvalho (1998), são as mulheres que comandam e sustentam seus lares, nas famílias de chefia feminina.

Tabela 2 – Sexo dos responsáveis

Sexo	Número
Masculino	1
Feminino	5
Total	6

Fonte: CAD-Único

Em relação aos sexos dos responsáveis constata-se que apenas em uma família o sexo masculino é o responsável.

3.1.1.2 Idade média das famílias

A média de idade para as responsáveis mulheres é de 35,8, enquanto para os homens é 43, considerando que apenas 01 homem é o responsável legal da família.

Para as mulheres houve uma variação entre 30 e 39 anos.

Considerando as médias de idade acima referidas, constata-se que a média de idade dos responsáveis é de 37,0, caracterizando famílias mais novas.

3.1.1.3 Tempo de residência no bairro

Nesta etapa da pesquisa foi feita uma média do tempo de moradia das famílias no bairro, que chegou a 7,43. Sendo que o menor tempo de moradia é de 6 meses e o de mais tempo chegou há 11 anos.

3.1.1.4 Procedência das famílias

Tabela 3 – Procedência por Estados

Estados	Frequência
SC	5
RS	1
Total	6

Fonte: CAD-Único

Percebe-se que a maioria é do Estado de Santa Catarina, ficando apenas 01 família advinda do estado vizinho Rio Grande do Sul.

Tabela 4 – Procedência por municípios

Municípios	Frequência
Criciúma	1
Florianópolis	2
Herval D’ Oeste	1
Nonoai	1
Seara	1
Total	6

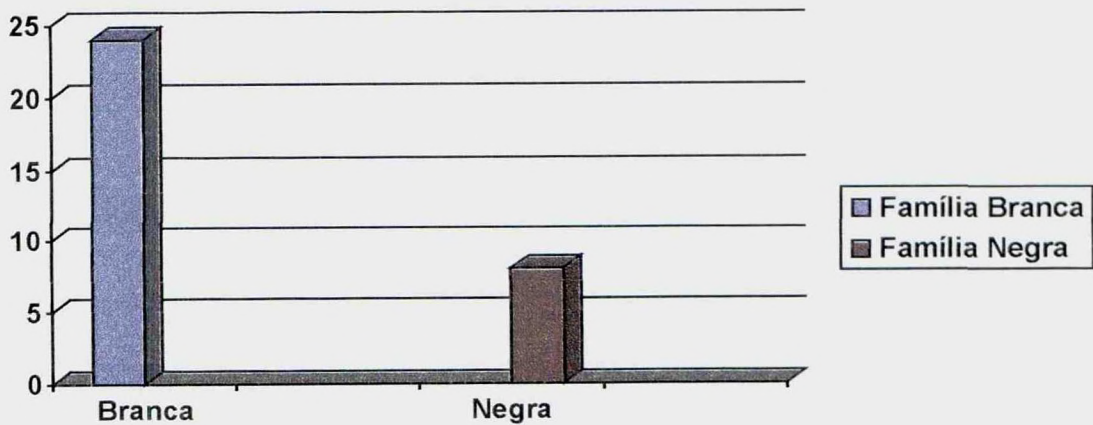
Fonte: CAD-Único

Constata-se que das 06 famílias estudadas apenas 02 são originárias do município vizinho de São José. Portanto as outras famílias são originárias de outros municípios como constatou-se na tabela acima.

3.1.1.5 Etnia das famílias

Com relação à etnia foram analisados os dados referentes aos 32 membros que compõem as famílias dos educandos.

Gráfico 1 – Etnia das Famílias



3.1.1.6 Número de pessoas por família

Entre as famílias dos educandos, há uma variação dos membros das famílias que se constituem de 03 a 08 membros. Uma média de 5,3 pessoas por família. O número de membros por família revela que esta caracteriza-se como uma família de tamanho médio, o que reforça as pesquisas do IBGE, que informam que as famílias ao longo dos anos vêm diminuindo de tamanho.

Tabela 5 – Quantidade de pessoas por domicílio/família

Quantidade de pessoas	Frequência
3	2
4	1
7	2
8	1
Total	6

Fonte: CAD-Único

3.1.2 Características Sócio-culturais

3.1.2.1 Condições de habitabilidade

As características dos domicílios são importantes indicadores para a constituição da qualidade de vida das famílias dos educandos. Em especial as condições do domicílio e os acessos de serviços básicos de infra-estrutura sanitária, fornecendo indicativos importantes com relação ao bem estar e da saúde de seus moradores.

Tabela 6 – Situação do domicílio

Situação	Frequência
Próprio	5
Financiado	1
Total	6

Fonte: CAD-Único

Entre as famílias pesquisadas há um predomínio dos domicílios próprios. Há apenas 01 domicílio financiado (Projeto Morar Bem – Brasil/ BID). Este alto número de famílias com domicílios próprios, justifica-se pelo fato de que são locais considerados de periferia, onde os terrenos possuem um baixo valor imobiliário.

Todos os domicílios são constituídos por casas, destas 05 casas são de alvenaria, apenas uma feita de madeira. Este fato decorre do fato de que, recentemente mediante empreendimento da prefeitura Municipal as famílias receberam auxílios moradia, para que pudessem ser deslocadas dos locais considerados de risco.

Tabela 7 – Número de cômodos por domicílio

Quantidade	Frequência
4	2
6	2
7	2
Total	6

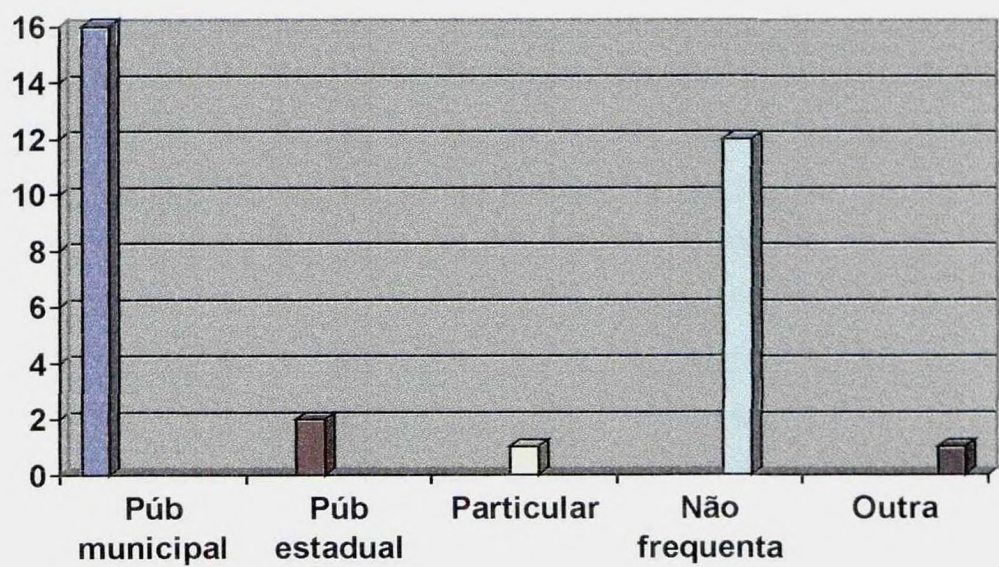
Fonte: CAD-Único

Constatou-se que a média de número de cômodos nos domicílios é 5,6 sendo suficiente, já que a média das pessoas por domicílio é de 5,3.

3.1.2.2 Qualificação escolar

Para análise da qualificação escolar foram utilizados dados das 32 pessoas componentes das famílias. Foram selecionados indicadores para caracterizar a qualificação escolar das famílias, foram coletados: frequência escolar, grau de instrução e série escolar.

Gráfico 2 - Frequentam a escola (Fonte: CAD-Único)



O gráfico acima demonstra a qualificação escolar dos responsáveis pelos domicílios, constatando que destes, 12 não frequentam a escola.

Tabela 8 – Grau de instrução do responsável

Grau de instrução	Frequência
Analfabeto	1
Com 4ª série comp. do ens. fundamental	1
De 5ª à 8ª série inc. ens. fundamental	3
Ensino fundamental completo	1
Total	6

Fonte: CAD-Único

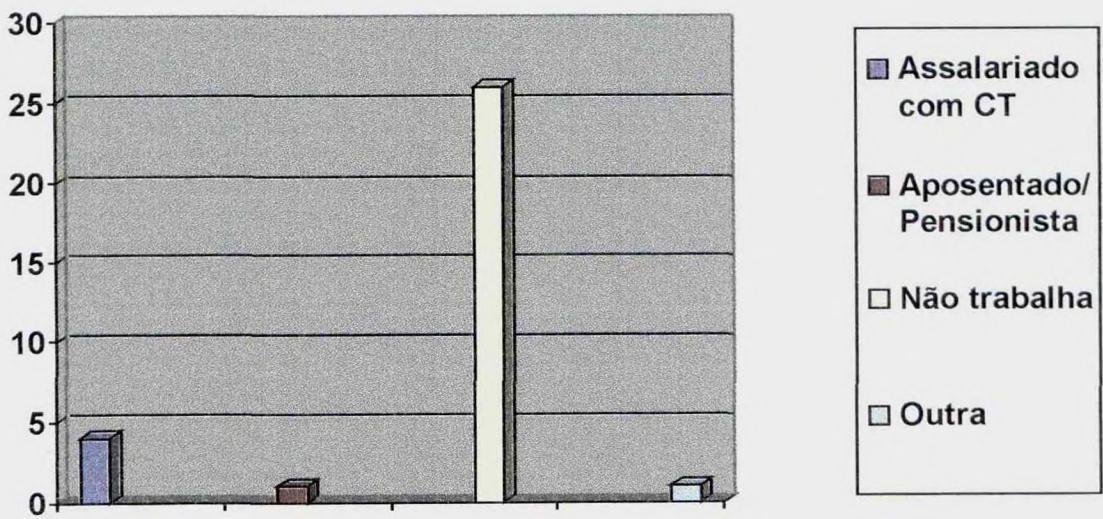
Com relação ao grau de instrução, observa-se que em apenas 01 família o responsável declarou ser analfabeto.

Mesmo com a melhoria dos indicadores de acesso à educação básica, os efeitos das políticas implementadas neste processo ainda não são capazes de aumentar significativamente a escolaridade da população como um todo, principalmente no que se refere aos segmentos populacionais mais empobrecidos.

Juntamente com a qualificação escolar, está a qualificação profissional, que também apresenta mudanças significativas, conforme se demonstra a seguir.

3.1.2.3 Qualificação profissional

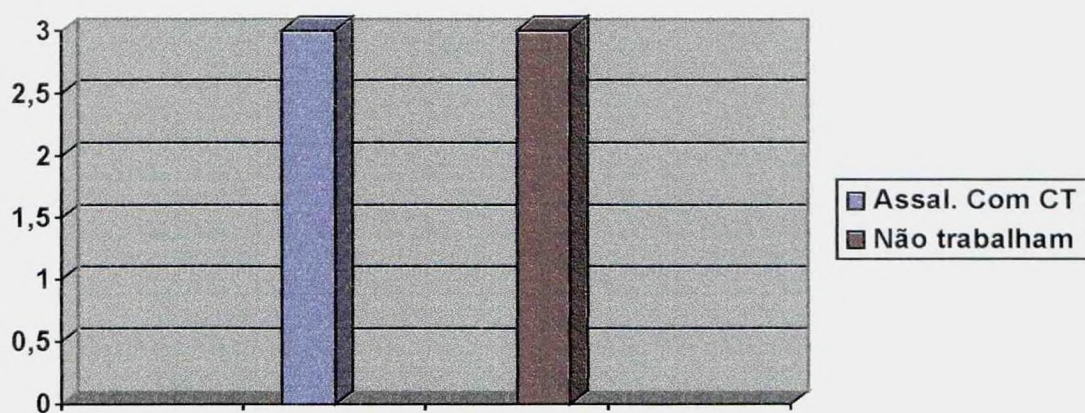
Gráfico 3 – Situação no mercado de trabalho das famílias



O gráfico acima demonstra a situação no mercado de trabalho de todos os membros das famílias incluindo crianças e adolescentes.

Em relação à situação no mercado de trabalho dos responsáveis, observa-se um quadro que reflete no seu nível de escolaridade. Dos 06 responsáveis, 03 não trabalham, vivendo apenas do benefício mensal dos programas federais nos quais estão inseridos.

Gráfico 4 – Situação mercado de trabalho do responsável



Dos responsáveis ocupados, as atividades realizadas são diversas e demonstram que as possibilidades de inserção no mercado de trabalho se dão por meio de atividades pouco qualificadas.

Tabela 9 – Ocupação dos responsáveis

Atividade	Frequência
Auxiliar de cozinha	1
Doméstica	1
Vigilante	1
Total	3

Fonte: CAD-Único

São observadas em relação ao trabalho, a condição de instabilidade. Um dos principais fatores que delimitam a condição de trabalhador é o baixo salário e suas precárias alternativas de trabalho.

Percebe-se que são atividades onde não são exigidos níveis de escolaridade.

3.2 Características das crianças e adolescentes

São 06 crianças e adolescentes participantes do projeto (grupinho) com indicio de violência escolar, com faixa etária compreendida entre 09 e 13 anos de idade. A intenção de caracterizá-las separadamente deve-se ao fato de que o objeto central é esse público alvo. Em se tratando de crianças que tiveram uma infância permeada pelo trabalho, pela violência, que acarretaram conseqüências, podendo-se perceber, nos dados coletados, em que o prejuízo foi refletido em sua escolaridade.

3.2.1 Relação aluno x escola

Os problemas relacionados à escola foram obtidos mediante pesquisa realizada com os professores, que preencheram um questionário composto das seguintes questões: relacionamentos com os colegas, aparência pessoal, comunicação com os colegas e professores, interesse em aprender, apresenta dificuldade na aprendizagem, é responsável, habilidade, destaques, comportamento em sala de aula, e algum comentário do professor sobre o aluno.

Percebe-se que o relacionamento apresenta-se muitas vezes de agressões verbais, advindo posteriormente de agressões físicas como indica a tabela 10.

Tabela 10 – Relacionamento na escola

Relacionamento	Frequência
Bom	1
Estável	2
Com agressões verbais e físicas	3
Total	6

Fonte: Entrevista

Constata-se que os educandos são crianças agressivas com os colegas e professores na escola. A comunicação acontece da mesma maneira com agressões verbais, variando estavelmente.

3.3.1.2 Rendimento escolar

As condições de idade/série escolar entre os educandos estão em certa defasagem. Obteve-se dados em que o nível de aprendizagem entre eles é baixo, e o interesse em aprender é menor ainda. Dos 06 educandos apenas 02 tem interesse em aprender.

O nível de responsabilidade com o material e uniforme também é muito baixo. Muitos vêm com o uniforme incompleto.

Tabela 11 – Aparência pessoal

Uniformizado	Uniforme incompleto
3	3

Fonte: Entrevista

A defasagem escolar está relacionada há uma série de fatores, e o principal deles é o interesse do aluno em estudar, nesta tabela será apresentado o interesse que esses educandos tem em aprender.

Tabela 12 – Interesse escolar

Tem interesse	Não tem interesse	Às vezes possui interesse
2	3	1

Fonte: Entrevista

Devido à falta de interesse, a dificuldade na aprendizagem é elevada.

Tabela 13 – Dificuldade na aprendizagem

Possui	Não possui
5	1

Fonte: Entrevista

Tabela 14 – Responsabilidade e habilidades

Frequência	Responsável	Habilidoso
Sim	1	4
Não	5	2
Total	6	6

Fonte: Entrevista

Essa defasagem escolar é claramente percebida em crianças e adolescentes que estão frequentando uma determinada série escolar com idade superior àquela pedagogicamente recomendada para a série em que estão inseridos, como se observa na tabela 15.

Tabela 15 – Defasagem escolar

Série escolar	9 anos	11 anos	12 anos	13 anos	Total
2ª série ens fun	1				1
3ª série ens fun		2	1	1	4
4ª série ens fun		1			1
Total	1	3	1	1	6

Fonte: Entrevista

Dos 06 alunos pesquisados, em nenhum caso existe a compatibilidade série/idade. Esses números indicam que, quanto mais expostas estiverem as crianças e adolescentes a rua, a violência e ao trabalho infantil maior será o prejuízo e menor será a possibilidade de recuperação.

3.3.1.3 Comportamento em sala de aula

Tabela 16 –Comportamento em sala

Calmo	Nervoso	Agitado	Total
1	2	3	6

Fonte: Entrevista

De acordo com os professores, o comportamento destes alunos em sala de aula é variado, sendo que a maioria, ou seja, 05 alunos possuem comportamento agitado e nervoso, o que representa um grande problema para a escola, no que concerne ao ensino-aprendizagem.

3.3 Histórico da violência

Para conhecer melhor este aluno faz-se necessário desvendar a história familiar dos mesmos. Realizou-se pesquisa com as famílias, com o objetivo de adquirir dados importantes para melhor compreensão do comportamento escolar destes alunos.

No primeiro momento faz-se uma exposição geral das famílias e após uma análise individual com os educandos, usando nomes fictícios para os casos.

3.3.1 História de vida familiar

Esse resgate histórico foi pesquisado com as famílias dos educandos enquanto crianças, para melhor entender como foi sua infância, sua constituição familiar, a qualidade nas relações familiares, com o intuito de desvendar se houve algum tipo de violência, esta que se repete, conhecida como ciclo da violência e da miséria.

As famílias eram muito numerosas, constituíam-se basicamente entre pais e filhos. Em entrevista realizada com estas, constatou-se que a presença de violência era historicamente constituída e que expressava reflexos dos mais variados.

Tabela 17 – Presença de violência nas famílias dos pais quando crianças

	Violência	Tipo de violência	Agressor	Reação
Sim	3			
Não	2			
Não tem lembrança	1			
Surra (Violência física)		3		
Trancava em casa		1		
Pai			1	
Pais			3	
Ficava revoltado				2
Chorava				2
Saía de casa				1

Fonte: Entrevista

A relação com os pais quando crianças eram boa.

Tabela 18 – Relação com os pais

Relação	Mãe	Pai
Boa	5	5
Ruim		1
Razoável	1	

Fonte: Entrevista

Apenas 01 família quando criança sofreu violência por parte de outra pessoa, este que era companheiro seu.

As brincadeiras dos pais quando crianças eram variadas, mas o que chama a atenção é que não foi citado o trabalho infantil como uma violência, pois os mesmos só brincavam aos finais de semana, pois tinham que ajudar no sustento da casa. O local onde brincavam predominava dentro de casa, apenas em um caso a criança brincava na rua.

Tabela 19 – Trabalho infantil

Doméstica	Roça	Não trabalhava
3	2	1

Fonte: Entrevista

Em relação à dependência química, há 03 casos de alcoolismo e 01 caso de vício de jogo, 02 famílias não possuem nenhuma relação.

3.4.2 Visão da família no resgate da história de vida de seus filhos/educandos

Fez-se um resgate histórico das 06 crianças e adolescentes a fim de investigar a presença de violência durante a gestação, na infância e processo escolar dos mesmos. Traçou-se um perfil de cada criança e ou adolescente, em relação à sua família, com os dados respondidos pelos responsáveis.

Durante o período da gestação apenas 02 famílias a gestação foi normal, as outras tiveram problemas com seus companheiros, sofrendo agressões físicas muitas vezes, e por a família não possuir uma união estável.

Na infância tem-se criança agressiva, levada, revoltada, agitada e violenta.

Na escola o comportamento pouco muda, elas se mostram desmotivadas e violentas.

Em relação aos pais, os filhos também possuem os mesmos comportamentos mostrados na tabela abaixo.

Tabela 20 – Comportamento frente aos pais

Comportamento	Frequência
Estável	2
Não possui limites	2
Responde aos pais	2
Total	6

Fonte: Entrevista

O tipo de punição para tal comportamento se concentra praticamente na violência física, encontrada como surra na entrevista. Os pais usam violência física como forma de punição.

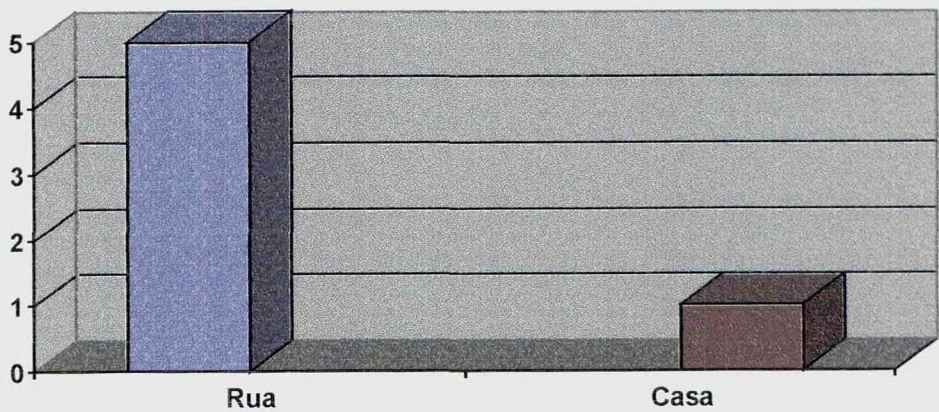
Tabela 21 – Tipos de violência

Tipos	Frequência
Violência física: surra	4
Tranca em casa	1
Castigo	1
Total	6

Fonte: Entrevista

As brincadeiras são bem variadas, suas brincadeiras se concentram basicamente na rua. Este é um fator muito preocupante e influenciador à violência, pois estão expostos as más companhias.

Gráfico 5 – Local de lazer



No período oposto a escola 05 crianças e/ou adolescentes freqüentam um programa do governo federal, o PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

3.5 Análise das famílias na visão do Assistente Social

O Serviço Social tem acompanhado estas famílias buscando mediação escola x família como forma de melhor compreensão e busca de alternativas.

Percebe-se que as famílias apresentam um perfil de violência que reflete no cotidiano escolar, desvendar a história é uma forma de resgatar possíveis compreensões em busca de alternativas de mudanças. Cada caso é único, tem uma história, um caminho, uma intervenção diferente. Por isto nesta análise busca-se descrever a história compreendida até aqui através da vivência profissional e principalmente da contribuição da pesquisa para melhor compreensão.

Para descrever cada caso a Assistente Social, responsável pelo trabalho nesta instituição, desenvolveu a história de vida de cada criança, utilizando nomes fictícios, e destacando as potencialidades e destaques de cada um, utilizando subsídios que os professores mencionaram na referida pesquisa.

Família 1 – Caprichoso

Comportamento refletido: trata-se de uma família que vive bem, porém moram no morro onde existe um forte foco de violência. Provenientes do interior do estado vizinho, a família é composta por pai, mãe, e filhos, sendo que 3 estudam no colégio Marista, o mais velho é calmo, a irmã já apresentou conflitos, fuga do lar. O caprichoso demonstra comportamento agressivo com os colegas, envolve-se em brigas, — *“folgou, levou”*. É estável conforme as relações. Nunca se identificou violência familiar, mas sabe-se que o pai é muito distante da relação — pai x filho.

Pesquisa com a mãe: sua gestação foi boa, porém sentia muitas dores. Na infância era agitado, usando a violência muitas vezes. Na escola é calmo mas às vezes é brigão.

Quanto ao seu comportamento em casa a mãe diz que é estável, mas às vezes precisa usar de violência física (surra).

Brinca na rua, pois onde mora não tem lugar plano para brincar. Frequenta o PETI e dança (grupinho) no colégio, já foi mais agitado, mas está melhorando aos poucos. Quanto à relação entre o casal é harmônica, mas segundo a mãe os filhos já presenciaram alguma agressão entre o casal.

Percebe-se que a mãe é calma, respeita a autoridade do marido com submissão.

O fato do comportamento mais agressivo às vezes pode ser explicado nas palavras da professora, conforme relatou na pesquisa: — *“às vezes deixa-se influenciar por alguns colegas. Mas percebo algumas mudanças neste aluno”*.

Constata-se que quando a família consegue preservar alguns valores como respeito, união, os alunos compreendem e demonstram estes na escola. Por mais que se envolva com algumas brigas, preserva atitudes positivas.

Família 2 – Desenhista

Comportamento refletido: a família é composta pelo pai e 2 filhos, ambos estudam no Marista.

O aluno pesquisado sempre apresentou falta de concentração, imaturidade, chama atenção em tudo, conversa, é inquieto e quer ser o centro das atenções, não copia, tem dificuldade na aprendizagem. Já fez várias avaliações com médico, psicóloga, já melhorou um pouco. O pai não consegue impor limites.

Comportamento analisado: Durante algumas conversas compreendemos a falta que a mãe faz, diante de falas de como era a mãe, à vontade de morar com ela, a mãe saiu de casa, tem outra família.

Segundo a pesquisa com o pai, durante a gestação o casal não vivia muito bem, pois não moravam juntos e suas respectivas famílias não aceitavam. Na infância precisou de acompanhamento psicológico, na escola ele quer ser o centro de tudo, é chamado com frequência, devido às reclamações. Em casa não possui limites o que justifica também na escola a falta de limites.

Quando perguntamos sobre o tipo de punição, o pai acabou confessando que já surrou (violência física), até então não suspeitava – se, pois o pai é muito calmo e bom,

mas lembramos de quando o desenhista falou: — *“as aparências enganam... Meu pai já me bateu até com fio de luz”*.

Sua reação quando é punido é de revolta, adora andar de bicicleta, mas chega por volta das 16:00 horas em casa.

Quanto à relação do casal, eles estão separados, os filhos já presenciaram agressões entre eles. Ela arrumou outra família, saindo de casa. Atualmente o pai não tem um bom relacionamento com sua ex-esposa, pois não se conforma com o que ela fez.

Segundo a professora, *“quando está um pouco mais calmo, capricha... Tem pouquíssima concentração, mesmo em atividades variadas, quer sempre estar à frente de tudo”*.

Família 3 – Dançarino

Comportamento refletido: a família do dançarino vive em condições precárias, recebem auxílio do PETI, a mãe não trabalha em função dos filhos pequenos e o pai saiu de casa, estão separados a mais ou menos 1 ano.

O aluno demonstra na escola carência e preocupação com a família, está sempre solicitando ajuda (alimentos, roupa, passe) para a família, quando a situação “aperta” fica muito triste. Nos últimos anos começou a demonstrar agressividade.

Comportamento analisado: Percebe-se que a ausência do pai causou mais revolta, além da sua situação socioeconômica e etnia.

Em um encontro do grupinho, ele se desenhou com giz de cera branco, não aceitando sua cor.

Este ano envolveu-se com uma turma de outro bairro, complicando sua situação, passou a receber ameaça que segundo ele: — *“não posso andar aqui à noite,*

senão os caras me pegam”. Apresenta uma agressividade perante os colegas, chegando a bater: — *“ganhei R\$ 0,50 centavos para bater num guri. Já queria pegar ele mesmo...”*.

Começou a achar vantagem com a sua agressividade, em casa está desrespeitando a mãe — *“ele está andando com a turma do bairro vizinho. Qualquer dia eu encontro o meu filho morto na porta de casa”*. Trata-se de uma violência de rua, mas companhias que influenciam este aluno. Resgatando a história na pesquisa a mãe relatou: — *“a gestação foi boa e a infância também, na escola é que tem ficado brigão. Em casa me responde, mas dou castigo, fica trancado em casa, pois está muito perigoso na rua. Ele não aceita, chora...”*.

Frequenta o PETI à tarde, chega em casa até as 18:00 horas. Os pais estão separados, mas os filhos nunca presenciaram agressão entre o casal. O pai está sempre presente visitando os filhos.

É a violência urbana a grande influenciadora neste caso. Conhece armas, se relaciona com pessoas usuárias de drogas, que roubam... Sua tia é traficante, e ele ressaltava isso com orgulho.

Age de agressividade na escola, possui muita dificuldade na aprendizagem. — *“é inquieto e desatento, às vezes não ouve as orientações do professor”*.

Família 4 – Pequeno líder

A família é composta por mãe e 3 filhos, não existe a presença masculina, a mãe já teve 3 companheiros, mas pouca convivência. Sempre saiu para trabalhar, os filhos ficavam sozinhos em casa — *“os vizinhos olhavam”*. O pequeno líder apresenta dificuldade para aprender, é agitado não pára muito tempo no mesmo lugar. Chama muitos

palavrões, não respeita os colegas e professores, só quando fazem suas vontades, portanto não possui limites.

Frequenta o programa PETI desde que foi implantado em São José, pois ficava muito solto na rua, foi onde aprendeu muitas coisas negativas, conhece armas, drogas, turmas/ganges. Às vezes, falta a jornada ampliada e fica na rua. Adora andar a cavalo, pois segundo ele — *“gosto de liberdade, andar por aí”*, já participou de pequenos furtos e não se preocupa: — *“se eu for para a FUCABEM, eu pulo o muro, fujo... Conheço gente que vai preso e sempre sai...”*.

Na pesquisa com a família percebe-se que a gestação do pequeno líder foi boa, a mãe ainda estava com o pai dele. Quando ele completou 3 anos o pai foi embora. — *“Nunca ajudou, nunca deu nada, ele fica revoltado com isto. Na infância ele se criou sozinho, porque eu tinha que trabalhar...”*.

Quando iniciou a fase escolar a família apresentava sinais de negligência, o aluno chegava atrasado, não fazia as atividades quando levada para casa, não tinha ninguém, pois a outra irmã também estava no colégio. Quando maior o pequeno líder começou a faltar, gaguejar, não respeitando os educadores. Adora ping-pong, mas brinca o tempo todo na rua, chega em casa por volta das 18:00 horas, depois do PETI.

É um caso em que a ausência do pai e a falta da mãe é marcante, pois a mesma tinha que trabalhar.

Família 5 - Intelectual

Trata-se de uma família que apresenta negligência e violência familiar. A mãe é sozinha, abandonada por alguns companheiros. Tem 06 filhos que são registrados somente no nome da mãe. Não recebe pensão de nenhum deles. Seu filho mais velho, o intelectual

demonstra mais agressividade na escola, é inteligente, mas não gosta de fazer atividades, copiar matéria, mas mesmo assim consegue boas notas quando quer. Adora ler. Seu comportamento vem sendo agravado a cada dia, gerando várias vítimas na escola, bate freqüentemente e não tem explicação. Basta um olhar, um comentário, são motivos de agressão física e verbal, fica muito revoltado, fora de controle. Durante algumas visitas domiciliares presenciou-se a mãe agredindo ele. Ela joga o que vê pela frente, pau, pedra juntamente com palavrões. Ele faz o mesmo na escola, reproduzindo o que aprende em casa. Desde que entrou no colégio vem apresentando os mesmos comportamentos, além de malícias e atos obscenos com as meninas.

A família já possui processo judicial no juizado da infância. Necessita de acompanhamento psicológico constante. Freqüenta psiquiatra, e toma remédios muito fortes.

Analisando a história familiar da mãe, percebe-se que sofreu violência em casa, brigas com a mãe, surras do pai e fuga do lar aos 13 anos. Tornaram esta mãe nervosa, descontrolada com seus filhos.

Segundo a pesquisa com a mãe, a gestação do intelectual foi muito agitada, sentia muita raiva do companheiro. Era constantemente agredida por ele. Na infância ele era agitado, violento. Na escola recebe reclamações freqüentes, não possui limites.— *“Eu brigava, batia e depois já me arrependia, não sabia dar limites”* O tipo de punição é a violência física (está respondendo processo na vara criminal), que quando recebe sai de casa. Já foi agredido na rua por outros adolescentes. Costuma brincar na rua, e volta as 20:00 horas. O pai saiu de casa quando o intelectual tinha 06 anos e depois nunca mais apareceu. — *“Quando ele estava em casa era muito violento, quase me matou e o meu filho viu tudo, ele me batia, xingava, ameaçava na frente das crianças”*. — *“o intelectual é*

revoltado, não consigo controlar, ele não me respeita mais, me xinga de tudo. Tenho medo de perder a cabeça e fazer algo pior”.

Segundo a irmã do intelectual o tratamento é assim com todos dentro de casa.—*“Às vezes ele tenta pegar em mim, no meu peito. Diz que eu vou pegar barriga logo. Que já viu uma menina novinha de barriga e vai ser igual comigo”.*

O caso pode chegar à internação em abrigo, devido aos conflitos familiares ele é vítima e agressor.

Percebe-se várias formas de violência familiar, inclusive uma suspeita de violência sexual. Tem demonstrado um comportamento preocupante gerando um ciclo de violência reproduzida do poder do mais forte sobre o mais fraco – Síndrome do pequeno poder.

Um comportamento que nem ele explica, não sabe por que age assim.

Segundo a sua professora — *“é um aluno inteligente, mas muda de comportamento muito rapidamente. É explosivo, mas mostra querer mudar. Aceita as advertências, promete não repeti-las, mas logo as torna a fazê-las”.*

Família 6 – Sorriso

A família é composta pela mãe e 02 filhos, ambos nossos alunos. O pai é ausente. A mãe sempre teve que sair de casa cedo para trabalhar, sendo que o Sorriso ficou sozinho desde pequeno, “aos cuidados da rua”. É um aluno que ri de tudo, acha graça, faz piadas, chama atenção, é imaturo, facilmente influenciado por más companhias. Não tem limites, não gosta de copiar e fazer atividades fazendo quando quer, é inquieto. A mãe não demonstra preocupação, diz que com o mais velho também era assim, e depois melhorou.

Percebe-se que o sorriso se sente sozinho e demonstra em desenhos sua solidão. Passa a maior parte do tempo na rua e tem amizades suspeitas (más companhias). Já teve participação em pequenos furtos, fez ameaças a mando de pessoas maiores, chorando quando questionado.

Um amigo falou: — *“O Sorriso já ajudou eles a guardar um ‘bagulho’ na casa dele”*. Ameaçou uma garota no colégio:— *“Para de falar da gente pra turma do beco senão eu te furo(mostrando uma tesoura)”*.

Percebe-se que a rua tem grande influencia no seu comportamento.

Na pesquisa a mãe relatou que a gravidez foi boa, na infância era agitado, muito preguiçoso, na escola seu comportamento é estável. A mãe usa o castigo como forma de punição. A mãe não sabe se o sorriso já sofreu de violência por parte de outros, mas em atendimento descobrimos que um adolescente tentou abusá-lo sexualmente, mas esse fato não foi confirmado. Brinca muito na rua, devido a esse fato foi encaminhado pelo Conselho Tutelar a frequentar o PETI. Chega em casa por volta das 18:00 horas.

O aluno tem melhorado no comportamento, mais ainda é agressivo. Continua chamando a atenção, rindo à toa, fazendo graça, parecendo ter sempre a necessidade de chamar a atenção.

A rua tem oferecido mentores de péssima influência, um verdadeiro risco para essa criança que está sendo usada. Embora não exista violência física, constata-se que a negligência da mãe e a ausência do pai, tem propiciado a rua tais cuidados.

3.6 Avaliação da Pesquisa

A família inspira cuidados; tratando-se das camadas menos favorecidas, esses cuidados devem ser mais aprimorados devido às inúmeras fragilidades. As violências, desde seu surgimento, a cultura coercitiva a que foram submetidas e como esses aspectos ainda influenciam na socialização dos filhos são aspectos que fazem do cotidiano dessas famílias um desafio, barreiras a serem ultrapassadas.

Um desses grandes desafios das famílias dos educandos é a situação econômica, mas esse é um desafio da maioria das famílias brasileiras, pois o poder econômico está mal distribuído e a qualidade de vida das camadas populares deixa muito a desejar, sendo severamente prejudicada com a falta de políticas públicas adequadas. As políticas que deveriam assegurar as condições mínimas de sobrevivência, como emprego, saúde, educação, renda, para dar qualidade de vida, ao contrário, cada vez mais destroem e desestabilizam o pouco que as famílias conseguiram adquirir, fragilizando-as cada vez mais.

A má distribuição de renda faz aumentar a exclusão social dessas famílias economicamente carentes. Pode-se constatar, através das visitas domiciliares, de maneira geral, a falta de condições básicas nas comunidades onde vivem as crianças e adolescentes que freqüentam o Colégio Marista e Municipal São José.

Evidencia-se nas famílias pesquisadas, um grande número de famílias monoparentais, na maioria dos casos, por terem sido abandonadas por seus companheiros, ficaram com a obrigação de manter-se aos filhos, que grande parte dos pais ou ex-maridos não pagam pensões ou favorecem algum tipo de ajuda de custo. A mulher ocupa lugar de chefe da família, o que a torna mais ocupada. Esse é um fator grave para desencadear a

violência física, e algumas vezes psicológica, como a ameaça de mandá-los morarem com o pai. Essa postura faz com que a criança se sinta culpada e revoltada; também é uma violência repassada, de forma culpabilizadora de mãe para filho.

A forma de violência utilizada por esses pais é a forma disciplinadora, que é vista e entendida por elas como condição para a educação de seus filhos.

Considerando o que esses pais sofreram na infância e na adolescência no âmbito doméstico e com seus companheiros, hoje são elas que usam de violência contra os seus filhos, acabam por reproduzir as violências vivenciadas por elas ao longo de suas vidas.

A violência é aplicada pelos pais com fins educacionais, para ensinar aos filhos padrões de conduta aceitos pela sociedade. Agridem fisicamente, mas não com a intenção apenas de maltratá-los, mas sim, de castigá-los pelo indisciplina. É o processo de socialização sendo repassado, mesmo que de forma violenta.

Azevedo e Guerra relatam que as crianças vítimas de violência formam no Brasil um “país chamado infância” que está longe de ser risonho e franco. Nele encontramos:

A infância pobre, vítima da violência social mais ampla; a infância explorada, vítima da violência no trabalho; a infância torturada, vítima da violência institucional; a infância fracassada, vítima da violência escolar e a infância vitimizada, vítima da violência doméstica. (AZEVEDO E GUERRA, 1993, p.233).

A ausência de direitos se reflete nas condições de vida de amplos setores da população brasileira, que vivem um processo de pauperização crescente. Esta ausência gera prejuízos no desenvolvimento pessoal e social de toda a população, e em especial, evidentemente, das crianças e adolescentes, sujeitos que estão em processo acelerado de desenvolvimento biopsicossocial. Nesse sentido, é necessário compreender algumas manifestações, inclusive de violência geradas por sujeitos diversos que se inscreve em um

contexto social, econômico e político que possuem raízes e determinações histórico estruturais.

Como se observou nos perfis das famílias, a sociedade, de um modo geral, tem submetido crianças e adolescentes a muitas formas de violência, sendo a de caráter doméstico uma das mais comuns. A violência doméstica contra crianças e adolescentes pode ser entendida como:

Todo ato ou omissão praticado por pais, parentes ou responsáveis contra crianças e/ou adolescentes que sendo capaz de causar dano físico, sexual e/ou psicológico à vítima – implica de um lado numa transgressão do poder/dever de proteção do adulto e, de outro, numa coisificação da infância, isto é, numa negação do direito que crianças e adolescentes têm de serem tratados como sujeitos e pessoas em condições peculiares de desenvolvimento (AZEVEDO; GUERRA, 2002, p.12).

A infância vítima de violência compreende um contingente social de crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco pessoal e social. O estudo das relações violentas entre pais e filhos deve ser tratado com certo cuidado, pois é considerado um “[...] ‘tema maldito’ na medida que, ao aborda-lo, se está desvelando uma face que a família tem todo o interesse em manter oculta, preservando assim sua imagem de ‘santuário’”.(GUERRA, 1984, p.15).

No entanto, é importante ressaltar que, embora a violência doméstica tenha maior visibilidade nas populações de baixa renda, ela é um fenômeno endêmico, isto é, se faz presente em todas as etnias, religiões e classes sociais.

Não se pode esquecer que a violência doméstica se manifesta de muitas maneiras, destacando-se quatro modalidades principais: violência física, violência sexual, violência psicológica e negligência.

A violência física é entendida como:

O emprego da força física contra a criança ou adolescente, de forma não acidental, causando-lhe diversos tipos de ferimento e perpetrada pelos pais, irmãos ou responsáveis pela criança. Pode ser também ato disciplinar que atinge o corpo da criança e/ou adolescente, ou seja, o

emprego da força física no processo de disciplinar (GUERRA apud CAVALLAZI, 1995, p.32).

Ao nível de senso comum, quando se fala em bater nos filhos, freqüentemente, essa questão aparece como forma de disciplina (controle, submetendo-os a uma certa ordem, que convém ao funcionamento do grupo familiar ou da sociedade em geral) e castigos (como punição por falhas reais ou supostamente cometidas), quando, na verdade, tem caráter apenas punitivo e não educativo. Pode iniciar com um tapinha e ir até o espancamento, que pode levar a vítima à morte. A violência física se caracteriza pelo seu caráter repetitivo.

O chamado “tapa limitador” – enquanto modalidade do bater nos filhos – é uma resposta colorida pela emoção: a raiva. É um comportamento que se auto alimenta (raiva gera mais raiva) e que pode se traduzir numa escalada de agressões, “[...] é o seqüestro emocional, o ataque de fúria, o ficar fora de si dos pais quando se sentem desafiados pela incontinência dos filhos [...]” (AZEVEDO; GUERRA, 2001, p.38).

Azevedo e Guerra (2001, p.49) referem-se ao bater nos filhos como:

[...] resposta (punitiva por excelência) dos pais em relação a comportamentos característicos da criança e que acabam sendo assim erigidos à categoria de faltas: travessuras, choro, desobediência, rebeldia, dificuldades no aprendizado das primeiras letras [...].

Vive-se numa sociedade que ainda valoriza a pedagogia do castigo corporal, não reconhecendo esse ato como violação dos direitos fundamentais à vida e à integridade física.

Sabe-se que esse fenômeno pode trazer sérios riscos para a vítima, desde seqüelas permanentes, e muitas vezes invalidante, até a morte, conhecida como violência fatal. Além do risco de morte, ou seqüelas, existem as conseqüências psicológicas que nos mostram uma fase de extrema gravidade, além de possibilitar um ciclo perpétuo de violência nas famílias.

A crença nas virtudes da pedagogia do bater, seja com a mão (palmadas, tapas...) ou com objetos (cintos, cordas, palmatórias...), tem sido transmitida de geração em geração. Essa tradição, baseada em argumentos enganosos e mitificadores e na assimetria do poder – adulto x crianças/adolescentes – explica a enorme resistência que encontramos, ainda hoje, para abolir uma prática considerada absolutamente normal pela maioria adulta, e encarada como necessária até mesmo por algumas crianças e por alguns jovens que a sofrem na pele.

Entende-se por violência sexual:

Todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual entre um ou mais adultos e uma criança ou adolescente, tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual sobre sua pessoa ou a de outra pessoa (AZEVEDO; GUERRA apud CAVALLAZI, 1995, p. 32).

O abuso-vitimização psicológico, de acordo com Azevedo; Guerra (1989, p.41), “ocorre quando o adulto constantemente deprecia a criança, bloqueia seus esforços de auto-aceitação, causando-lhe grande sofrimento mental”.

Deslandes apud Cavallazi (1995, p.32) define abuso psicológico

[...]como a interferência negativa do adulto (ou pessoa mais velha) sobre a competência social da criança, produzindo um padrão de comportamento destrutivo. Formas mais praticadas: rejeitar – quando não se reconhece o valor da criança/adolescente, nem a legitimidade de suas necessidades; isolar – quando se afasta a criança de experiências comuns a sua idade e meio social; aterrorizar – quando se pratica agressões verbais, instaurando clima de medo, atemorizando-a e fazendo-a crer que o mundo é hostil; ignorar – quando não se estimula o crescimento emocional e intelectual; corromper – quando se induz à prostituição, ao crime, ao uso de drogas; produzir expectativas irreais ou extremadas exigências sobre o rendimento (escolar, intelectual, esportivo, cultural).

A violência psicológica é uma das formas mais comuns de violência praticada contra a criança e o adolescente, que vem a ferir seus direitos. É uma das mais difíceis de ser detectada, por ter seu aspecto subjetivo, e por não deixar marcas visíveis facilmente percebidas.

Um aspecto importante a ser considerado é que a violência psicológica, embora também ocorra de forma isolada, está sempre presente em todo e qualquer caso envolvendo outras formas de violência, no sentido de que, nessas situações, haverá sempre o sofrimento psíquico para a criança ou adolescente.

De acordo com Rech; Rosa (2001, p.04),

A negligência é a omissão ou inadequação de atendimento às necessidades básicas por parte de pais ou responsáveis em relação às crianças/adolescentes, nas áreas de alimentação, higiene, educação, saúde física e mental, supervisão e atenção.

Percebe-se que a negligência também é uma forma de violência. Pois conforme a pesquisa às crianças que não sofrem violência física e sim negligência foram “deixadas” aos cuidados da rua, gerando produção de outras formas de comportamentos abusivos, sem limites, ameaçadores, sem respeito aprendidos na rua na convivência com mentores “heróis, pessoas idolatradas” na rua.

Sabe-se que enquanto crianças espelham-se nos pais na adolescência buscam ídolos para seguir. É onde está o perigo da rua, indicar mentores, pessoas de caráter suspeito, conduta marginal, influenciadora.

São meninos com vulnerabilidades para a violência, pois já sofreram alguma forma de violência ou negligência, seja da família ou da estrutura social.

Cabe ao profissional de Serviço Social investigar, cada vez mais estar atento aos comportamentos orientando, buscando intervenção interdisciplinar e mediação com as famílias, na busca de uma nova visão de educação conforme prevê o Estatuto onde a criança e o adolescente devem ser vistos como sujeito de direitos e não como vítima de violência, pois se tornará um adulto agressor, permeando o ciclo da violência que se repete e deve ser contido, buscando uma convivência familiar adequada e tranqüila, mesmo sendo tão difícil em algumas situações.

É importante ressaltar que cabe ao Assistente Social diagnosticar as causas da negligência, para poder definir o plano de intervenção que vise a reversão do quadro.

Como se observa, todas as modalidades de violência doméstica acarretam consequências, físicas e psicológicas, que influenciarão, de forma negativa, no futuro das vítimas.

Busca-se, então, a implantação de políticas públicas voltadas às vítimas de violência doméstica, diminuindo a incidência desse fenômeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do presente estudo, constata-se que pesquisar na área da violência se constitui numa tarefa bastante interessante. Percebe-se que não é suficiente para compreender o que se passa com o indivíduo apenas dentro da instituição. É necessária uma visão mais ampla, pois a violência está presente em nossa sociedade e manifesta-se nas mais variadas famílias e classes sociais.

Falar de violência como resultado da miséria é também uma forma de esquivar-se dos pontos centrais do problema e de preservar certos preconceitos que contribuem para agravar a situação das populações pobres. A miséria, em si mesma, apartada de fatores, não tem uma correlação tão alta com a violência como se imagina ou se tenta fazer imaginar. A grande maioria das populações periféricas é constituída de trabalhadores e só uma pequena parcela se deixa trair por condutas criminosas. A pobreza como se viu, não tem vínculo direto com a violência.

O fenômeno da violência contra crianças e adolescentes no Brasil manifesta-se sob inúmeras formas, devendo ser analisado em toda a sua complexidade e diversidade. Usualmente, considera-se apenas um dos tipos de violência: a pessoal ou direta, aquela de uma pessoa ou grupo agredindo ou destruindo outra pessoa ou grupo de pessoas. Essa forma, apesar de importante e grave, não é a única. Faz-se necessário, pois, delimitar os tipos de violência teoricamente relevantes para explicar cada estudo em particular. Na presente monografia, utiliza-se os conceitos de violência estrutural/social e urbana.

A violência estrutural, no Brasil, advém do fato de encontrar-se os país entre as maiores economias do planeta e, entretanto, não ter conseguido atender às demandas mais elementares de seu povo, tais como educação, saúde, moradia, saneamento básico, entre outros. Relaciona-se, pois, com o fenômeno da má-distribuição de renda – uma das piores

do mundo — , e com a injustiça de um sistema econômico no qual as regras são ditadas pelas “vontades” e “necessidades” do capital, do lucro, esquecendo-se que por trás das estatísticas esconde-se uma realidade dramática, que em termos humanos significa fome, mortalidade infantil, aumento da criminalidade, sistemas de educação paralisados, delinquência e insegurança nos grandes centros urbanos e desespero crescente para as pessoas comuns.

Portanto, ao abordar-se a questão da violência urbana da atualidade, uma série de fatores aqui são apontados com o intuito de entendermos as distorções no plano social, econômico e político do problema urbano brasileiro. A violência não surge do nada. Ela deve ter causas e conseqüências definidas. Provavelmente uma das causas centrais desse processo de violência desmesurada está ligada ao chamado fenômeno urbano.

A família, em sua formação, organização e relações, mostra-se complexa e historicamente construída a partir das condições dadas pela sociedade da qual fazem parte. Toda esta complexidade que envolve o tema tem levado vários pesquisadores a apontar a interdisciplinaridade como uma alternativa para melhor entendê-la e, por conseguinte melhor atendê-la.

Para compreender a questão da violência é necessário que se saiba de vários fatores que podem prejudicar o relacionamento familiar. É possível compreender que as crianças acabam sendo o alvo mais escolhidos pelos pais, para descarregarem suas frustrações.

Estatísticas nacionais e internacionais revelam que a maioria dos agressores sofreram enquanto criança, ou seja, estão reproduzindo o que vivenciaram.

A violência tem reflexos mais avassaladores sobre crianças e adolescentes, na medida em que constituem o segmento mais vulnerável da sociedade, tanto em termos físicos – não tendo possibilidade de se defender das agressões e arbitrariedades —, como

em função de não terem nenhum tipo de poder na correlação de forças sociais para definir o futuro do país.

O principal fato a salientar, é que é preciso ter claro que a violência doméstica praticada contra criança/adolescente não é problema familiar, mas sim da sociedade.

O termo cidadania, conforme se viu, engloba, basicamente, três esferas centrais: os direitos civis, políticos e sociais. No caso específico de crianças e adolescentes, entretanto, torna-se imperativo que o conceito sofra algumas adaptações, uma vez que essa parcela da população não tem seus direitos inteiramente garantidos, nem pode assumir todos os deveres de um cidadão adulto. Trata-se de cidadãos em desenvolvimento, sendo conveniente considerá-los dentro das categorias “cidadãos-crianças” e “cidadãos-adolescentes”.

Embora o Brasil seja possuidor de uma das Constituições mais complexas do mundo, em termos de legislações que assegurem o direito e os deveres dos cidadãos, flagra-se com uma realidade muito diversa. No que se refere às legislações que tratam da criança e do adolescente, ao longo da história, identificamos que estas foram marcadas por condutas repressivas e assistencialistas. Somente com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, estes sujeitos foram concebidos como cidadãos de direitos. No entanto, grande avanço em termos de direitos chancelados foi à promulgação da Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, que concebe as crianças e adolescentes como prioridade absoluta, devendo, portanto receber atenção especial e proteção integral tanto por parte da família, quanto ao Estado e da sociedade civil.

Apesar da dimensão social e jurídica estabelecida no ECA, convive-se na contemporaneidade com a violação dos direitos das crianças e dos adolescentes, que se expressam em situações de violência, exploração sexual, exploração do trabalho infantil, negligência familiar e na falta de serviços públicos para atender as necessidades

fundamentais apresentadas por este seres humanos que se encontram em processo de desenvolvimento biopsicosocial.

Os entraves que se colocam a efetivação dos direitos da criança e do adolescente, resultam das condições de vulnerabilidade, pode ser entendida como situação de risco ou fragilidade que remete crianças, adolescentes e suas famílias a condições indignas de sobrevivência. A vulnerabilidade a qual se refere este estudo está intimamente relacionada às expressões da questão social, sobretudo a miséria, a exclusão social e a violência social contemporânea.

Dentro deste contexto de vulnerabilidade social, as famílias precisam ser amparadas pelo Estado para que possam garantir a seus membros menores, cuidado e proteção. Uma família que enfrenta condições de vida de baixa qualidade tem pouco a oferecer às suas crianças e adolescentes.

Acredita-se que as alterações nas condições de vida das famílias brasileiras acontecerão a partir da realização de mobilizações sociais, que exija, que o Estado seja o protetor e mantenedor dos interesses e direitos públicos. As mobilizações podem acontecer e serem efetivas se houver preparação política e conscientização dos sujeitos envolvidos. Os processos que podem desencadear uma sociedade operativamente democrática devem ser inicializadas a partir de uma educação voltada para a cidadania.

Desenvolvendo estágio curricular obrigatório no Colégio Marista e Municipal São José, deparou-se com muitas dificuldades dos educandos, sejam elas na aprendizagem, nas condições de moradia, emprego, renda, saúde. Muitos educandos são vítimas das mais variadas formas de violência e negligência. Todas as situações de conflitos familiares e sociais refletem na escola, por isto, o cotidiano do Assistente Social é o de buscar alternativas para cada situação, a fim de amenizar e solucionar tais dificuldades. Uma

busca constante de recursos como programas existentes na rede local que possam atender tais necessidades.

A escassez e a falta de vagas nem sempre satisfazem nossos objetivos, buscamos facilitar acesso resgatando e elevando a cidadania destas famílias, esse nosso foco de atendimento.

Até pouco tempo, a família era considerada algo acima de qualquer suspeita, como instituição sagrada, onde ninguém tinha o direito de interferir e questionar suas práticas abusivas. Atualmente vive-se uma outra realidade, sendo que as famílias ainda cometem ações abusivas, mas são passíveis de intervenção. Assim é que se pode enquanto Assistentes Sociais, interferir na cadeia da violência dentro das famílias, que atinge um vasto contingente de crianças e adolescentes.

A diversificação dos temas se faz refletir as ações do cotidiano, possibilitando o maior desvelamento da violência, através dos relatos e da realidade atual dessas famílias.

Nas famílias pesquisadas, a mulher assume as funções já impostas e as funções de seu provável marido, de provedores do lar, assumindo assim, a dupla jornada de trabalho, mesmo com a presença do companheiro no lar, contraindo, assim, cansaço e estresse de fora e dentro da família.

Pode-se concluir que a família possui um ciclo vital, que está em constante transformação, para que possa adaptar-se ao mundo interno e externo, uma vez que o seu objetivo como sistema é manter-se viva e integrada, mesmo quando apresentadas dificuldades, como nas situações de conflitos.

É preciso romper com o ciclo da violência construída pela agressividade nas relações, passada de geração a geração; é necessário conscientizar que a violência só gera mais revolta e mais violência. É fundamental uma nova visão de educação conforme indica o ECA, uma educação sem violência, com limites, diálogo e amor.

No projeto (grupinho) evidenciou-se que eles são mais vulneráveis as agressividades, mas quando descobre-se o que cada um tem de habilidade ou destaque as coisas começam a mudar, através da conversa informal do seu cotidiano e a dança passa a criar mais vínculos, valorizá-los nos seus aspectos mais positivos elevando sua auto-estima. Elas são vítimas das mais variadas formas de violência, mas passam a viver melhor através de atenção e na busca pelos seus direitos, assegurando que não sejam objetos de qualquer forma de crueldade, exploração e opressão, pois sabe-se que as conseqüências são muitas e refletem na escola tornando muitas vezes esta criança em um futuro agressor, em razão da sua conduta.

Dentro de uma visão sócioeducativa é necessário ser o aluno na sua totalidade, conhecendo a sua realidade socioeconômica e cultural.

É preciso ir além do que se apresenta, é preciso desvendar o que há por trás de um comportamento estranho e agressivo, é preciso chegar na raiz, na causa das situações mais vulneráveis, buscando junto à família possíveis mudanças. Para a escola um comportamento que não é comum pode ser visto apenas como indisciplina, falta de limites, de responsabilidade e interesse. Mas é fundamental saber a causa desse tal comportamento, mas só se conseguem dados a partir da confiança, ou seja, através de vínculos de amizade.

Essas considerações tiveram como base as famílias desprovidas da assistência do Estado, e moradores de um bairro muito violento. O que é visto fora da escola é reproduzido dentro dela, através de agressões físicas, verbais e defasagem escolar.

Ao final da pesquisa conseguiu-se contemplar a problemática da pesquisa, a violência na escola é mesmo um reflexo da violência social e urbana.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane de Azevedo. Apostilas do telecurso de especialização em violência doméstica contra criança e adolescente. São Paulo: LACRI/USP, 2002.

_____. Mania de Bater: a punição corporal doméstica de crianças e adolescentes no Brasil. São Paulo: Iglu, 2001.

_____. (orgs). Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder. São Paulo: Iglu, 1989.

BECKER, Maria Josefina. A ruptura dos vínculos: quando a tragédia acontece. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org.). Família Brasileira, a base de tudo. 5ª ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF, UNICEF, 2002. p.60-76.

BILAC, Elizabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). A Família Contemporânea em Debate. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 29 – 38.

BRASIL, Constituição da Republica Federativa do. 1988.

BRASIL. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, Lei nº 8.069/90.

CAVALLAZI, João. Olhos abertos para a violência familiar. Revista dimensão, São Paulo, 1995.

DESLANDES, Sueli F. Atenção à criança e o adolescente vítima de violência doméstica: análise de um serviço. Rio de Janeiro: Fio Cruz/claves, 1994.

ELSEN, Ingrid. Cuidado Familiar: uma proposta inicial de sistematização conceitual. In: ELSEN, Ingrid; MARCON, Sônia Silva; SILVA, Mara Regina Santos da (orgs). O viver em família e sua interface coma saúde e a doença. Maringá: Eduem, 2002. p.11-24.

FUKUI, L. Segurança nas escolas. In: ZALUAR, A. (org.) Violência e educação. São Paulo: Livro do Tatu/Cortez, 1992.

GALTUNG, Johan. Violência, paz e investigação sobre a paz. In: BRAILLARD, Philippe. Teoria das relações internacionais. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1990.

GIL, Antônio Carlos. Pesquisa Social: Métodos e técnicas. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUERRA, Viviane N. de Azevedo. Violência de pais contra filhos: procuram-se vítimas. São Paulo: Cortez, 1984.

In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 6, vol.3. São Paulo, ANPOCS. Vértice fev.1988.

KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org.). Família Brasileira, a base de tudo. 5ª ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF.UNICEF, 2002.

KAYAYAN, Agop. Apresentação. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org.). Família Brasileira, a base de tudo. 5ª ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF.UNICEF, 2002. p.9-10.

LUCINDA, Maria da Consolidação, NASCIMENTO, Maria das Graças, CANDAU, Vera Maria. Escola e violência, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social: Teoria, métodos e criatividade. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MIOTO, R.C.T. Novas propostas e velhos princípios: subsídios para a discussão da assistência as famílias no contexto de programas de orientação e apoio sóciofamiliar. [S.L.]: Mimeo, 2001.

_____. Cuidados Sociais dirigidos à família e segmentos sociais vulneráveis. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social, Módulo 4: O trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: UnB, 2000, p.216-224.

_____. Família e Serviço Social: contribuições para o debate. Serviço Social & Sociedade. São Paulo: Cortez, nov. 97/ano XVIII. N.55.

_____. Família e Saúde Mental: contribuições para a reflexão sobre processos familiares. Katalysis. 02/98, p.20-25.

NOGUEIRA, Oracy. Pesquisa Social: Introdução as suas técnicas. 3ª ed. São Paulo:1975.

NOVAES, M. Helena. Psicologia do Ensino – Aprendizagem. São Paulo: Atlas, 1997.

PERALVA, A. Escola e violência nas periferias urbanas francesas. In: Contemporaneidade e Educação. Revista semestral de Ciências Sociais e Educação, ano II, n.2, Rio de Janeiro:IEC, 1997.

PEREIRA JÚNIOR, Almir. Um país que mascara seu rosto. In: PEREIRA JÚNIOR, Almir, BEZERRA, Jaerson Lucas, HERINGER, Rosana (Org.). Os impasses da cidadania. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, 1992.

PEREIRA, Potyara A. Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

RECH, Lilian Kelli; ROSA, Soraya Casagrande da. Compreendendo a negligência na família: para aqueles que atuam na construção de uma nova cultura da infância. 2ª ed. Florianópolis, 2001.

RUDIO, F. V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. Petrópolis: Vozes, 1980.

RIZICKI, C. Disponível em :

<http://www.redesemanal.hpg.ig.com.br/artigos/cristiane4.htm> 29K acesso em 15 de maio de 2004.

SÁ, Salette Marinho de, Artigo: Conselho Tutelar: Enfrentamento à violência física doméstica.

SELLTIZ, JAHODA, DEUTSCH, COOK, Métodos de Pesquisa nas Relações Sociais. Trad. Leite D. M. São Paulo: Herder, 1967.

TAKASHIMA, Geney M. Karazawa. O desafio da política de atendimento à família: dar vida às leis – uma questão de postura. In: KALOUSTIAN, Silvio Manoug (org.). Família Brasileira, a base de tudo. 5ª ed. São Paulo: Cortez. Brasília, DF: UNICEF, 2002. p.77-92.

VERONESE, Josiane Rose Petry. Entre violentados e violentadores? São Paulo: Ed. Cidade Nova, 1998.

VIEIRA, Evaldo. As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos. In: Serviço Social e Sociedade. Nº 53. São Paulo: Cortez. 1997.

Yasbek, M. C. Pobreza e exclusão Social: Expressões da Questão Social no Brasil. In: *Temporalis* – Revista da Associação brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), ano II, n.3, jan. a jun. de 2001. Brasília, ABEPPS e GRAFLINE.